

Acta nº2/2009

Aprovada 30/Junho/2009

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E UM DE
ABRIL DE DOIS MIL E NOVE**

No dia vinte e um de Abril de dois mil e nove teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão ordinária de 2009 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2008:

a) Câmara Municipal de Coimbra;

b) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

Ponto 3 - Concessão da exploração da piscina descoberta do bar e do restaurante na margem esquerda do rio Mondego;

Ponto 4 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno ao Lordemão Futebol Clube;

Ponto 5 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno à Fundação Rotária Portuguesa;

Ponto 6 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno à Associação Cultural e Recreativa Tricanas de S. Silvestre - rectificação de deliberação;

Ponto 7 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno à Associação de Moradores do Bairro do Loreto;

Ponto 8 - Desafectação do domínio público de parcela de terreno no Dianteiro, freguesia de S. Paulo de Frades;

Ponto 9 - Regularização da propriedade municipal da desafectação de uma parcela de terreno no Largo da Igreja, freguesia do Botão;

Ponto 10 - Relatórios de Actividades relativos ao ano de 2008 de:

- Comissão Arbitral Municipal; - Águas de Coimbra, E M; - Turismo de Coimbra, E M.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Carlos Manuel Nunes da Silva, João Pedro da Fonseca Pinto, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel de Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés

Geraldes da Silva, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José Jesus Cândido, João Filipe Simões Amaro, Maria Helena Brandão Moura Ramos e Fausto António Saraiva Santos.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Ângelo Mendes Dias, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Luís Miguel da Vinha, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, Jorge Manuel Morais Pratas, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Faltou justificadamente o deputado Francisco José de Batista Veiga

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

António Reis Marques, Abílio Vassalo Abreu, Isabel Maria Nobre Vargues, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, José Manuel Ferreira da Silva, Maria Ângela Carvalheiro Pinto Correia, José Augusto Brito Xavier e Luís Santarino Fernandes.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca e José Miguel Pacheco Gonçalves.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Catarina Isabel Caldeira Martins e Maria Manuela Nobre Rodrigues.

Independente:

Maria Reina Martin Pimpão.

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Mário Mendes Nunes, Jorge Filipe de Gouveia Monteiro e Álvaro Santos Carvalho Seco.

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Maria Ângela Carvalheiro Pinto Correia, como Primeira Secretária e Margarida Rodrigues Viegas como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz pelo período de 8 dias com início a 20 de Abril do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão da lista, imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PSD/CDS/PP/PPM) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, João Pedro da Fonseca Pinto.

-Deputado municipal, Paulo Luís Cunha Almeida pelo período de 8 dias com início a 20 de Abril do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão da lista, imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PSD/CDS/PP/PPM) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, Fausto António Saraiva Santos.

-Deputado municipal João André Brás Tralhão pelo período de 10 dias com início a 21 de Abril do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível Luís Santarino Fernandes.

-Deputado municipal Serafim José dos Santos Duarte, pediu a suspensão do mandato pelo período de 6 dias com início a 17 de Abril do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (Bloco de Esquerda) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – Maria Manuela Nobre Rodrigues.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Vogal do Executivo da Junta – Luís Miguel da Vinha.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Eiras apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário da Junta – Ângelo Mendes Dias.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Souselas apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário da Junta – Jorge Manuel Morais Pratas.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Tesoureiro da Junta – Firmino Victor.

Período antes da ordem do Dia:

O Presidente da Assembleia ao abrir a sessão disse que convidou o Presidente da Metro Mondego conforme decisão anteriormente tomada por esta Assembléia. Nesse sentido, estaria presente nesta Assembleia Municipal pelas 16 horas, e propôs que, se achassem bem e por uma questão de delicadeza, nessa altura, se interrompessem os trabalhos para uma exposição formal do Sr. Presidente da Metro Mondego, Engº Álvaro Maia Seco.

Informou também que se encontrava na Sala a assistir à presente sessão, duas turmas de alunos do 11º ano do curso técnico de Apoio à Infância da Escola Secundária Jaime Cortesão inseridos na actividade com a designação de: A Construção de uma Cidadania Activa.

Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):

"Boa tarde a todos e em particular aos estudantes presentes, é para eles em particular a minha intervenção de hoje.

A quatro dias de se complementarem 35 anos da Revolução de Abril não podemos deixar de evocar aqui esse “dia inicial inteiro e limpo” esse dia que, para várias gerações sempre separará os dois tempos.

Evocar Abril para preservar a memória dos acontecimentos e dos seus protagonistas.

Evocar Abril para denunciar as tentativas de falsificações da história e o branqueamento da ditadura fascista que durante quase meio século prendeu, torturou e assassinou.

Evocar Abril para não o deixar esvaziar do seu conteúdo ideológico.

Evocar Abril para afirmar valores de liberdade, de igualdade e de solidariedade.

Evocar Abril para recordar conquistas e lutar para as preservar.

Evocar Abril para impedir o desânimo e o fatalismo e resistir ao conformismo.

Evocar Abril para lembrar que o actual empobrecimento da democracia e a crescente desigualdade na distribuição do rendimento se deve aos ataques sistemáticos às suas conquistas.

Evocar Abril para revelar as tentativas de desmantelamento das funções sociais do Estado.

Evocar Abril para dar mais força ao Maio dos trabalhadores e fazer crescer a solidariedade e apoio à sua luta contra os horários desregulamentados, os salários reduzidos e despedimentos em massa.

Evocar Abril para repudiar o aumento do fosso que os sucessivos governos têm cavado entre os milhares de pobres cada vez mais pobres e a minoria de ricos cada vez mais ricos.

Entre os trabalhadores que vêem os seus salários reduzidos e administradores com ordenados e reformas obscenos.

Evocar Abril para rejeitar a dualidades da justiça e a impunidade que têm havido sobre o crime dos poderosos.

Evocar Abril para alimentar o ânimo e o empenhamento na defesa do serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, da Justiça para todos, da Democracia Social.

Evocar Abril para fazer da memória a construção do futuro.

Queria dizer agora após a minha intervenção sobre o 25 de Abril, e pedir ao Sr. vereador do pelouro do Desporto, mas como não está presente, penso que o Senhor Presidente da Câmara me possa esclarecer.

Tem a ver com a minha intervenção, na anterior Assembleia, e que foi muito contestada, quando eu questioneei aqui sobre o mau aproveitamento do Estádio Cidade de Coimbra. Acerca das notícias que o único desporto que tinha alguma continuidade era o judo e o atletismo, segundo as notícias dos jornais que até estes foram impedidos de treinar. Por motivo que a minha intervenção anterior deu uma polémica tão grande, mas afinal eu tinha alguma razão no que diz respeito a essas minhas dúvidas na utilização dos equipamentos desportivos municipais. É esta a minha dúvida e gostava de ser esclarecida.”

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (BE):

“No último sábado teve lugar uma reunião de acompanhamento da Carta Educativa de Coimbra, na qual o Senhor Presidente da Câmara e vereador da Educação, se dignou apenas a estar presente na cerimónia de abertura.

Foram salientadas nomeadamente pela Presidente dessa comissão de acompanhamento críticas à própria Carta Educativa e à maneira como ela tem sido executada.

No dia seguinte, o Senhor Presidente da Câmara resolveu inaugurar pela segunda vez, e há-de ser eventualmente mais, a escola da Solum que é a única escola de modelo aceitável dentro de uma Carta Educativa e que, segundo ele, seria catastrófico se todo o resto do concelho estivesse serviço por equipamentos semelhantes. Isto só mostra como esta vereação trata os munícipes, uns, de filhos e outros, de enteados.

Nessa discussão da carta educativa, foi salientado que tinha sido omitido do estudo prévio da carta educativa a questão dos movimentos pendulares da população da periferia para o centro da cidade. Uma cidade, cujo o miolo está a desertificar-se e que a população se aproxima de concelhos limitrofes, não houve nenhuma articulação com os restantes concelhos, o que pode resultar desta política é que esses movimentos pendulares de outros concelhos para Coimbra, neste momento existem é ao nível do secundário e do superior venham a verificar-se no sentido oposto. No 1º ciclo e no pré-escolar por falta de cobertura adequada e de qualidade no concelho de Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

“Saúdo estes jovens que estão na sala e espero que hoje tenha a oportunidade de ver o que é, ou o que deve ser um órgão como este.

Espero também que hoje o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra pelo menos em homenagem a estes jovens tenha bom senso de não considerar e de não tomar as atitudes que costuma ter, de não responder às questões que lhe são colocadas de não ter aquela atitude que tenta como sempre transformar esta Assembleia Municipal num braço do poder executivo, quando ela é apenas um

órgão independente com separação de poderes e é um órgão fiscalizador da Câmara.

Espero que hoje em homenagem a vocês jovens que estão aqui para apreender diversas coisas, entre elas o que é a democracia e também a separação de poderes de alguma forma sejam respeitados.

Por isso, hoje, estou confiante e até acredito que mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara não irá responder, mas sim fazer o contrário em homenagem a estes jovens. Como dizia a deputada da CDU Margarida Viegas, efectivamente, estamos a comemorar o dia 25 de Abril, nem sequer sabemos se vai haver sessão solene ou não, mas se houver o que estamos aqui como independente num bom tom de democracia não temos o uso da palavra é também outra coisa interessante.

Eu também além do 25 de Abril festejo e faço relembrar o 25 de Novembro.

Mas dizia que, é neste sentido, que eu hoje tenho a esperança de ver respondida uma pergunta que, das muitas que já se colocaram ao Senhor Presidente da Câmara e que tem a ver com este filme de rodagem muito cara, a que chamamos Carta Educativa de Coimbra.

Li, também e não tive a oportunidade de estar presente no debate que se promoveu. Mas, li aquilo que os jornais foram publicando e gostaria de saber afinal duas coisas muito simples.

Primeiro, quanto é que nos custou esta produção da Carta Educativa de Coimbra? Relembro esta Carta Educativa foi aprovada aqui sobre pressão e foi chumbada pelo Ministério da Educação.

Depois foi revista, nunca soubemos como foi revista, quanto custou essa revisão. Voltou à Assembleia Municipal, foi feita uma proposta para que essa Carta Educativa efectivamente tivesse um debate alargado, foi feita uma proposta para que houvesse contributos de todos aqueles que são agentes e intervenientes do sistema educativo de Coimbra e infelizmente ela voltou a ser aprovada.

Agora leio, quando vejo que é notícia o Centro Educativo da Solum, que é sem dúvida uma boa notícia, até é dito pelo Senhor Presidente da Câmara que é uma obra prevista na Carta Educativa como fosse a essência da Carta Educativa ou de um projecto educativo para Coimbra ou para qualquer cidade, é claro que ela será obra, obra é visível, obra é pó, obra é importante pelo menos em alguns momentos como aqueles que nos estamos a aproximar.

A verdade é que, alguém que eu considero insuspeito, em primeiro lugar porque a conheço em termos profissionais, estou a referir-me à (Dra. Maria Emília Bigote) considero a insuspeita porque se não houve alterações, a Dra. Maria Emília faz parte da lista a este executivo e como suplente indicado pela maioria. Não estamos a falar da oposição, não estamos a falar de atenciosíssimo. Estamos só única e exclusivamente a falar de além que tem conhecimento de causa e a qual eu reconheço bem o seu trabalho na área da educação de um grande valor. Ela própria diz que esta Carta Educativa que tem um aspecto negativo, ninguém consegue apresentar um aspecto positivo a não ser o Centro Educativo da Solum, que é obsoleta e que foi classificada como sendo redutora, deficitária e insuficiente.

A verdade como eu dizia esta Carta Educativa, que agora o Senhor Presidente da Câmara vem dizer que todas as sugestões serão bem vindas e serão introduzidas, parece que estamos a falar de um documento que foi elaborado a uma década atrás. Estamos a falar de um documento que foi elaborado à poucos meses atrás,

estamos a falar de um documento que gerou polémica, estamos a falar de um documento que mexe com o sistema educativo deste concelho. A educação é demasiado cara, cara a todos não no sentido só de custos para ser tratado desta forma.

Afinal foi o Senhor Presidente da Câmara que, certamente também acredito pelo sua formação académica, não será as águas onde nada melhor mas, foi o Senhor Presidente da Câmara que chamou a si este pelouro. Agora obviamente à última da hora tenta introduzir neste pelouro se calhar com pessoas conhecedoras da área alguma mais valia, mas é tarde para os erros que se cometeram. Esta carta é no fundo um exemplo da forma superficial, leviana e solta como se faz a gestão camarária, como se faz a gestão da política educativa neste concelho.

Foi preciso um debate público, para vir agora a público novamente dizer, introduzem-se as alterações, alterações essas que nós nem sabemos que custos possam virem a ter.

É por isso que relembro que é pena a forma como esta Cidade tem sido gerida em diversas matérias. E numa delas é na área da educação.

Espero certamente que, com os novos momentos eleitorais algumas coisas mudem.

Lembrei-me hoje de manhã quando liguei o rádio e ouvi uma música de intervenção dos “Chutos e Pontapés” e pensei assim:

Afinal se os Chutos viessem mais tempo a Coimbra ou passassem por Coimbra se calhar este novo CD teria uma nova faixa ou até uma faixa substituição se calhar diria, Senhor Presidente.”

Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Não venho aqui fazer bota-baixismo, venho aqui com preocupações, mais uma vez no que vem acontecendo com a Baixa de Coimbra.

Venho aqui tentar influenciar, de certo modo, o senhor Presidente da Câmara para ajudar a resolver o problema que está a acontecer, e que vem acontecendo, algum tempo com os comerciantes da Baixa, no que diz respeito ao comportamento com a fiscalização da Câmara Municipal de Coimbra.

Ontem um comerciante da Rua das Padeiras (trago aqui para fotocópias dos documentos) disse que em 26 de Março solicitou a V. Ex.^a o horário de funcionamento do seu estabelecimento que estava fechado por falência do seu antecessor. Ontem, foram dois fiscais municipais que lhe pediram o horário de funcionamento, pediram licença de habitabilidade e pediram licenciamento do espaço público, muito bem!

O pedido de licenciamento do espaço público foi também solicitado a esta Câmara da qual ainda não obteve resposta.

O que os fiscais disseram ao comerciante, que lhe íam levantar três coimas de infração.

-Senhor Presidente, o comércio da Baixa de Coimbra está asfixiado, e os serviços que V. Ex.^a preside, com ordens não sei de quem, quer matar o resto que resta do Comércio da Baixa de Coimbra.

Assumam! Esta Câmara tem grandes responsabilidades!

Depois, inverte-se a situação, é o Senhor Presidente da Câmara que nos órgãos da comunicação social vem defender o comércio tradicional, e não tenho dúvidas que o faz com convicção. Senhor Presidente com estes procedimentos V. Ex.^a será

responsável político do que está a acontecer na perseguição ao comércio tradicional.

-Dizer-lhe mais Sr. Presidente, a Junta de Freguesia solicitou há vários meses um pedido tão simples, que o estacionamento camarário envolvente na Baixa fosse gratuito ao sábado, das 9 horas às 13 horas. Seria uma forma de trazer mais pessoas à Baixa.

A resposta deste ofício ainda não chegou à Junta de Freguesia, por isso venho aqui publicamente solicitar a V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara que interceda no sentido de ser possível que nos espaços envolventes à Baixa de Coimbra que o estacionamento público limitado por parcómetros ao sábado seja gratuito, deixo aqui este pedido.

Outra questão que também peço a atenção ao senhor Presidente:

Na Rua Ferreira Borges e na Visconde da Luz, quando se soltam pedras na calçada portuguesa, essas são remendadas com cimento. Isto é grave, é a degradação total do Centro Histórico da Cidade de Coimbra.

Há uns anos vinha num órgão da comunicação social uma fotografia das brigadas de calceteiros; agora, os calceteiros não são pedreiros, onde andam os calceteiros? Assiste-se sistematicamente que, quando as pedras se soltam colocam as com cimento. Queria chamar a atenção do Senhor Presidente para sensibilizar os seus serviços para a melhoria de qualidade do Centro Histórico e da Baixa de Coimbra.

A terceira e última questão tem a ver com o Relatório de Contas do Município.

Nós Presidentes de Juntas, recebemos os CD, não sei qual é a dificuldade, poderá ser financeira em entregar em papel. Sei que há muitos deputados que estão aqui que nem sequer leram os CD porque alguns computadores não aceitam. Bom, o que acontece ou recorremos a outros ou então não se lê nada, então só se vem aqui votar em consciência política.

Fica esta nota de que se fôr possível que os documentos deixassem de vir em CD e viessem em papel como os líderes das bancadas têm, para podermos analisar os documentos nas páginas que nos interessa.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

"Queria saudar todos aqueles cidadãos/cidadãs que nos visitam hoje, porque tenho afirmado até publicamente que seria benéfico e proveitoso para a Assembleia Municipal, para a forma como funciona para a sua reflexão para si mesma, se mais cidadãos/cidadãs nos visitassem e observassem o que fazemos ou o que não fazemos e trouxessem as suas ideias as suas opiniões participassem na vida democrática de um município.

Hoje vou falar algo que penso que mina as instituições democráticas em todo o país e que certamente o faz em Coimbra.

Portanto é de cidadania e democracia que vou falar e espero que possamos reflectir em conjunto.

“A semana transacta foi pródiga em acontecimentos que, à saciedade, são reveladores do paradigma de actuação política dos chamados partidos do arco do poder: PSD/CDS-PP e PS. Em Coimbra, estes partidos deram corpo ao também chamado “bloco central dos interesses instalados”, ao alternarem no governo da

cidade com uma concepção idêntica do exercício do poder. Esta concepção assenta, em grande parte, no compadrio, no favorecimento de clientelas e, possivelmente, também na corrupção.

Cabe à justiça investigar – e longe está o Bloco de Esquerda de pretender violar o princípio da presunção da inocência. Contudo, será lícito perguntar se em algum outro município do país encontraremos a insólita situação de todos os vereadores de uma Câmara, com uma única excepção, se encontrarem no estatuto de arguidos por actos cometidos no exercício dessas funções: um deles, à época dos factos, presidente da concelhia do PS, foi mesmo acusado de corrupção; um outro, à época dos factos presidente da concelhia do PSD, foi objecto de buscas domiciliárias e no seu gabinete da CMC por parte da Polícia Judiciária. Ao mesmo tempo, a mesma PJ investigava a eventual passagem de luvas por contas do já famigerado BPN, cujo mentor, Dias Loureiro, manterá certamente laços estreitos com os protagonistas conimbricenses do PSD, onde tem as suas raízes políticas. Mesmo que tudo não passe de um improvável e terrível engano, ninguém livrará Coimbra de um enorme descrédito, de uma enorme vergonha no plano nacional. De facto, o PSD e o PS em Coimbra fizeram a cidade pôr-se ao nível de um qualquer Marco de Canavezes.

Carlos Encarnação e os seus vereadores estão longe de poder invocar um estatuto de virgindade neste tipo de casos. Por mais de uma vez, a câmara esteve / está sob suspeita de actos ilícitos certamente ingénuos, certamente cometidos “sem dolo”, ao estilo leviano mas pretensamente “bondoso” de uma qualquer república bananeira: Correios, mas também Eurostadium, Jardins do Mondego, e até o processo por corrupção do Presidente da Académica e antigo Director Municipal da Administração do Território. Pois Carlos Encarnação sempre apoiou José Eduardo Simões na Câmara, insultando todos aqueles que questionavam a perigosa convivência de poder autárquico e futebol.

Quem, senão o Bloco de Esquerda, ergueu a voz para repetida e sonoramente denunciar todos estes casos e pedir, como lhe competia, explicações à Câmara? Agimos e continuaremos a agir em prol da transparência, da legalidade na gestão da coisa pública, e no sentido do combate à corrupção. Foi o que fizemos também na passada semana com o pacote de medidas anti-corrupção aprovado na Assembleia da República, em relação ao qual o PSD, rabeando, se absteve, e que contou com o voto contra de um único deputado do PS – o presidente da distrital de Coimbra. Infeliz ou reveladora coincidência?

Percebeu o governo, percebeu o PS – à excepção de Vítor Baptista –, perceberam os frangalhos que restam do PSD, que a conjuntura política mudou. Os cidadãos e as cidadãs deixaram de estar dispostos a pactuar mais tempo com o cancro da corrupção que mina o país e que é uma das mais sérias causas da injustiça social. E este cancro alicerça-se no tipo de práticas políticas que a Câmara de Coimbra e os partidos que rotativamente nela têm tido assento representam.

Este estado de coisas tem de mudar.

E o Bloco de Esquerda fará para que seja assim.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

“Senhor Presidente da Câmara passou há dias mais um aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra.

Bombeiros Voluntários de Coimbra possuem hoje as piores instalações do distrito de Coimbra e uma das piores a nível nacional um drama que se renova

permanentemente pela falta de condições. Promessas são várias, a última é o planalto de St^a Clara, até aí tudo bem!

No entanto é possível à Câmara Municipal de Coimbra, se o está em condições de o dizer, qual o terreno em concreto, qual a área destinada ao quartel com todas as valências que hoje se exige a uma infra-estrutura deste tipo. No fundo se o terreno já é da Câmara Municipal para que o possa com toda a certeza dizer à associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra. Ou a promessa foi mais um fogo de vista por não ter certezas nenhuma. É preocupante esta situação para uma cidade como Coimbra. Já lá vão dois anos e mais uma vez volto aqui a colocar esta questão.

Queria fazer uma referencia. Porque nem tudo é mau em Coimbra, sei que nos dias de hoje estamos todos traumatizados como que se fala de Coimbra. Infelizmente as notícias são públicas, mas haja alguma réstias de esperança e faça-se justiça ao que se passou no passado sábado aqui em Coimbra.

Não posso por justiça, não posso deixar de referir a importância para o país, saindo de Coimbra tem a inauguração do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha. Recordar que, depois deste anos conseguiu-se chegar aqui porque houve gente com visão, gente com coragem, gente que foi capaz de convencer do governo central da importância que tinha para o país e para o mundo o Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha. Falo em concreto da Câmara Municipal de Coimbra, gerida pelo Dr. Manuel Machado que conseguiu convencer o Sr. Primeiro Ministro (Eng.º António Guterres) e o Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, que como todos sabemos a polémica que foi gerada pelo grande financiamento que era necessário para a reabilitação daquele espaço mas hoje todos poderemos dizer, que valeu a pena.

Valeu a pena e merecem os nossos parabéns pelo trabalho arduo e articulado que todos os técnicos na altura do IPPAR agora IGESPAR que desenvolveram aquele tipo de trabalho. Foi com grande alegria que no dia seguinte vi centenas de pessoas que faziam fila para entrar naquele espaço pessoas que passeavam junto do mosteiro. É uma aposta que valeu a pena que a Administração Central soube aceitar sobre proposta do Município de Coimbra á época o Partido Socialista e que José Sócrates soube compreender também, valorizar e afirmar o que é o centro da cultura de Coimbra no plano nacional. Isto é preciso ter consciência de que quem governa, governa para todo o país e se hoje as notícias são muito negativas em relação a Coimbra valha-nos a iniciativas da Administração Central para que possamos ficar orgulhosos daquilo que é feito em Coimbra.

Foi Santa-Clara-a-Velha, foi o Polis.

É evidente que também não quero deixar de passar aqui, a boa notícia que é o financiamento do QREN em relação ao Convento de S. Francisco, haja Centro de Congressos. Sei que o investimento é de trinta milhões, bem sei que o financiamento do QREN é de dezassete milhões. Mas há uma questão desde já que é importante, porque no tempo do PS ela foi equacionada, foi abandonada e é preciso que se equacione o tipo de gestão que aquele espaço vai ter.

Portanto, as notícias para Coimbra também são boas, o Governo central está de parabéns por aquilo que tem investido e é visível a todos nós.”

Presidente da Junta de Freguesia do Ameal:

“Venho aqui hoje por dois assuntos.

O primeiro, como representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal da Educação, queria só alertar para que, no futuro e uma vez que ainda vamos estar todos juntos no próximo ano lectivo, tentarmos de alguma forma, trabalhar de igual modo na atribuição dos fundos para as escolas. Porque, no último Conselho Municipal a representante das pré-primárias queixou-se que alguns de nós não fazíamos chegar atempadamente as verbas. Queria deixar aqui esta chamada de atenção a todos para no próximo ano tentarmos funcionar melhor. Queria também, dar a conhecer que há menos de 24 horas, houve um acidente entre Vila Pouca e Taveiro, com feridos e com bastantes danos materiais. Queria chamar a atenção do senhor Presidente da Câmara para a iluminação pública daquela zona. Já falamos aqui diversas vezes sobre este assunto, já trouxe várias vezes este assunto a este local, o Senhor Presidente foi dizendo que pelo menos nos nós das saídas das duas freguesias que não estão iluminadas que iria tentar resolver a solução durante este mandato. Portanto, estamos a chegar ao fim, é como digo que ocorreu um grave acidente grave naquela zona, gostaria que reflectisse isso com atenção.

Ainda sobre este assunto que já me trouxe aqui a esta tribuna muitas vezes, para quem não me conhece sou o presidente da Junta do Ameal, não venho aqui só por este assunto mas outros assuntos já me trouxeram aqui. Nunca vos quis cansar, mas também penso que não devemos fazer política barata e política baixa, como alguns grupos que andam pelas localidades do concelho de Coimbra onde o senhor deputado Carlos Cidade teve a ousadia de dizer às pessoas em público e por isso também falo aqui em público, para que toda a gente saiba que nunca me viu neste sitio neste local a defender os interesses da minha freguesia e da população.”

Intervenção do deputado municipal Serpa Oliva (Por Coimbra):

“Venho aqui comentar o artigo do Sr. Carlos Cidade.

Não sei se o leram, isto tem o titulo “Sem fim à vista” e para que eu não diga nenhum disparate passei o que tenho na minha alma para o papel, tudo o que vou dizer corresponde efectivamente à realidade.

Ao fim de quase 8 anos é a primeira vez que subo a esta tribuna para comentar alguém que tem como eu e o pleno direito acento nesta Assembleia. Refiro-me ao Excelentíssimo Senhor Carlos Cidade e aos seus artigos que com frequência pública no Diário de Coimbra.

O de ontem Senhor deputado bateu no fundo, de tudo o que se possa admitir do ponto de vista ético e moral.

Não sou do partido do excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, nem da maioria dos visados ali, mas, acredite que aquilo que conseguiu transmitir para a opinião pública só lhe tirou credibilidade a si. O Dr. Paulo Portas quando chamado a comentar o caso Freeport respondeu o que é da política é da política, o que é da justiça é da justiça.

O Senhor com uma autoridade que não lhe reconheço, porque desculpe a minha ignorância, não sei o que fez até hoje, por esta nossa Cidade, sendo que ontem decidiu ofender, magoar e insultar.

Não acredito que o seu partido e a sua bancada apoiem este tipo de palavreado “aqueles tipos de Coimbra são uma cambada de”. Como sou de Coimbra e sou um dos tipos e penso como todos nós, exijo que conclua aqui e se o fim é o que

prevejo tais indivíduos arriscam-se no mínimo a levarem por minha iniciativa uma recordação para todo o sempre senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Cidade fui ao longo destes 8 anos um indivíduos que procurou ter uma relação saudável como todos como eu lutam por uma ideia de Coimbra nesta Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara e os restantes envolvidos na sua prosa são seguramente gente séria que luta pelo mesmo ideal por todos nós. Penso que todos temos a convicção que o Governo Central não gosta de nós, nomeadamente porque teimámos defender da co-incineração e de outros itens que não são grados.

O senhor que infelizmente se habituou a espalhar a intriga de todos inclusivamente dos seus pares, está hoje garantidamente mais pobre. Pense sinceramente que deve sofrer daquele síndrome de alguém que não gosta de si próprio e portanto tem de descarregar as suas frustrações em todos os que o rodeiam.

Eu, senhor deputado sou mais simples, tenho dado todo o meu saber e vontade a Coimbra ligado à saúde e noutros campos. Nunca ocupei nenhum tacho, nem ninguém da minha família ascendente ou descendentes ocupa qualquer favor político dentro desta cidade.

Sou por isso um homem livre, completamente livre, profundamente enraizado na maravilhosa família que me acompanha neste sonho de ver Coimbra sempre melhor.

As empresa, privadas que dirijo e acompanho, e aonde trabalham mais de 150 profissionais deu aumentos este ano de 5,5% e empregou mais 12 pessoas.

E o Senhor quantas pessoas empregou?

O que distribuiu pelos outros?

O que faz realmente pelo bem da Cidade e pelo seu reconhecimento?

Este conjunto de idiotas, que conhece, porque é o senhor que diz esta frase” é dramático o senhor dizer que “aqueles tipos de Coimbra são uma cambada de”esse conjunto de idiotas que o senhor conhece e quando se referem a nós e onde se deve incluir penso eu, porque o senhor também é de Coimbra por isso também está neste grupo, ou será que não é de Coimbra., ou como sendo uma cambada de, não o põem a si.

Vejam bem o que é o poder de um deputado da Assembleia Municipal, senhor deputados, senhores presidentes de junta, a espantosa do senhor deputados Carlos Cidade a espantosa a única qualidade de quando se refere elogiosamente a Coimbra ele ser o único com responsabilidades. Mas quando se fala de uma cambada de, ele já não é de Coimbra.

Já lhe disse que sou tolerante, mas apreendi desde pequeno com o caríssimo pai “Quem não se sente não é filho de boa gente” e eu senti-me muito com o seu artigo.

Ou sobe hoje a esta bancada e pede desculpa pelo artigo escrito, ou por e simplesmente desaparece do meu horizonte e daqueles por quem tenho a honra de partilhar os anseios por esta Coimbra de sempre. Não lhe levo a mal o senhor seguirá o seu caminho, eu é que nunca mais lhe olho para a cara.

Sei que isso pouco lhe interessará, a mim confesso-lhe o ter expressado a minha indignação, fará com que durma mais tranquilo.”

Neste momento, O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o período de intervenção dos deputados e deu a palavra ao Presidente da Metro-Mondego, tendo agradecido a sua presença.

Intervenção do Presidente da Metro-Mondego:

APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DO SISTEMA DE MOBILIDADE DO MONDEGO

A agenda da apresentação foi a que se apresenta de seguida:

1. A mudança de paradigma
2. A optimização da solução
 - a. A revisão do plano de exploração
 - b. Pormenorização das soluções (já aprovadas)
 - c. O desenvolvimento do Parque de Material e Oficinas (PMO) e Reformulação do ordenamento do território envolvente
 - d. Estudo e Implementação da Intermodalidade
3. O desenvolvimento do Troço Urbano da Linha da Lousã
4. O desenvolvimento da Linha do Hospital
5. As novas expansões urbanas e suburbanas
6. Calendarização e Investimento do SMM

1. A mudança de paradigma

O ponto de partida para o novo projecto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) foi um conjunto de factores entre os quais os seguintes:

- A necessidade de respeitar as expectativas dos utentes do ramal e dos cidadãos em geral;
- A necessidade de optimização da programação do projecto à luz das restrições orçamentais existentes;
- Incorporação de algumas condicionantes impostas pela recente crise energética;
- Reforço da vertente ambiental para promoção de uma mobilidade sustentável.

A linha de actuação baseou-se numa preocupação fundamental com a implementação do SMM em tempo útil e por outro lado com a optimização da solução técnica.

O tram-train surge como o modo de transporte mais adequado à prossecução dos objectivos assumindo-se como um elemento base da mobilidade urbana em coordenação com os serviços de transportes colectivos, em particular os disponibilizados pelos SMTUC, e como um salto qualitativo e funcional decisivo no serviço disponibilizado pelo actual canal ferroviário.

As grandes opções do SMM foram:

- A assumpção do novo paradigma criado pelo Sistema Ferroviário Ligeiro (tram-train);
- A optimização do serviço para o troço suburbano de linha única;
- A gestão do troço urbano não apenas como suporte ao serviço suburbano mas também e de forma importantíssima como suporte aos novos serviços urbanos ferroviários;
- O serviço urbano com a máxima aproximação possível às pessoas e às actividades (exemplo: Variante da Solum e o prolongamento da Linha do Hospital ao novo Hospital Pediátrico);
- Planeamento de uma verdadeira rede urbana com a optimização da Linha do Hospital.

2. A optimização da solução

a. A revisão do plano de exploração

A revisão do plano de exploração do SMM permitiu a optimização do serviço suburbano que será oferecido mas serviu também para que fosse feita uma melhor definição do desempenho a ser exigido ao material circulante. Estes requisitos foram integrados no respectivo Caderno de Encargos do Concurso do Material Circulante lançado a 30 de Junho de 2008.

b. Pormenorização das soluções (já aprovadas)

A revisão do plano de exploração também levou a uma pormenorização das soluções das infra-estruturas pelo que foram reanalisados todos os pontos de cruzamento, pontos de ultrapassagem, optimização das escalas nas curvas, especificação de regras de sinalização e ainda a criação de novas estações.

c. O desenvolvimento do Parque de Material e Oficinas (PMO) e Reformulação do ordenamento do território envolvente

A realocação do PMO em Sobral de Ceira permitirá uma optimização das viagens em vazio, nomeadamente nos serviços de recolha de fim do dia, criando assim condições para uma mais eficiente exploração do sistema.

A construção do PMO em Sobral de Ceira associado à instalação do Interface Modal junto à respectiva estação, e ainda e sobretudo a qualidade do serviço de metro ligeiro com que será servido, representarão factores decisivos de desenvolvimento de toda esta zona pelo que, por iniciativa da MM mas em coordenação da CMC, foi estudado todo o reordenamento do território, nomeadamente ao nível da localização dos futuros desenvolvimentos imobiliários, as novas vias e as novas acessibilidades.

d. Estudo e Implementação da Intermodalidade

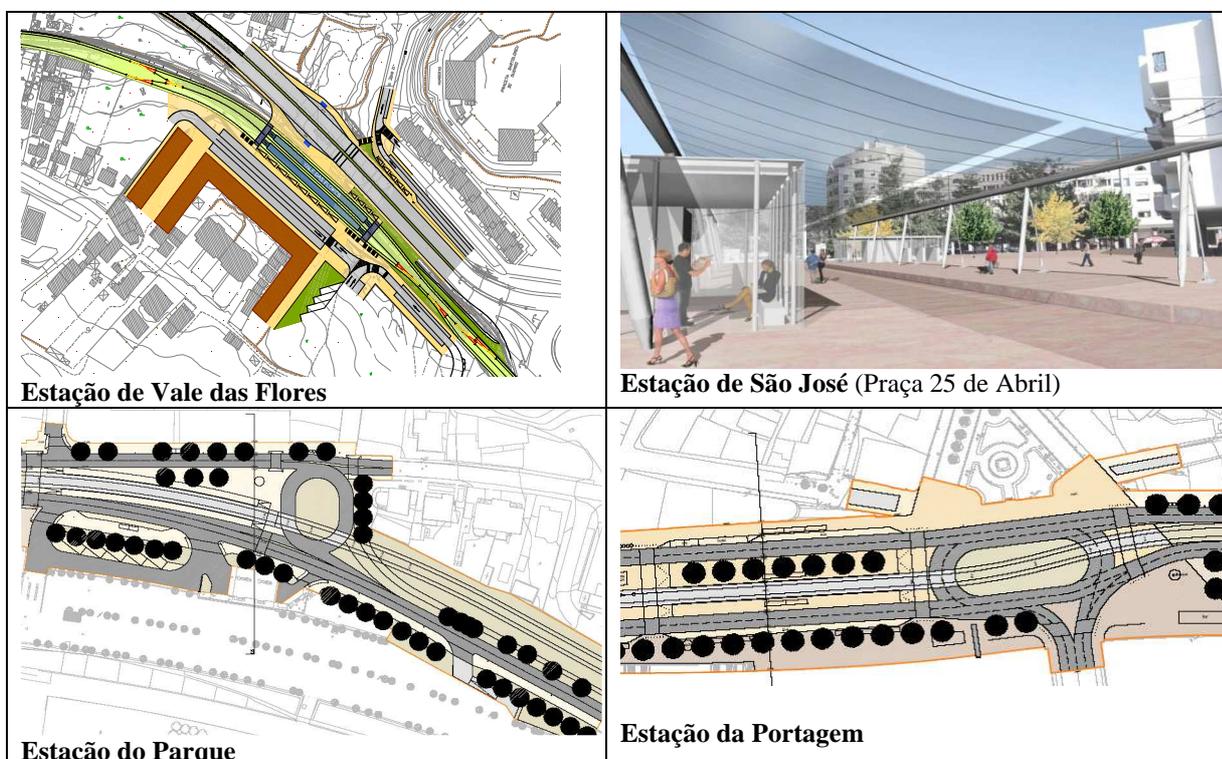
Para promover a intermodalidade já foram construídos os 3 principais interfaces da Linha da Lousã, respectivamente o interface da Lousã, Miranda de Corvo e Sobral de Ceira.

A criação destes interfaces onde se pretende que os vários operadores de Transporte público convivam, levou a um estudo (ainda em curso) da reestruturação da rede de transportes públicos, de modo a tornar a rede mais eficiente.

Outros estudos se seguirão para que a rede de transportes públicos de Coimbra e região seja uma rede integrada, eficiente e ao serviço dos cidadãos. Entre esses estudos estão estudos de reorganização da rede urbana de transportes públicos rodoviários, de Integração Tarifária, de Compatibilização da Bilhética e de Sistemas de Informação ao Passageiro.

3. O desenvolvimento do Troço Urbano da Linha da Lousã

No troço urbano da Linha da Lousã foram estudadas as integrações funcionais de cada estação com o objectivo de tornar as estações mais acessíveis aos clientes e mais integradas no espaço urbano. A título de exemplo, junto apresentamos a estação de Vale das Flores, a estação de São José na Praça 25 de Abril, a estação do Parque, a estação da Portagem, a estação Aeminium / Loja do Cidadão e por fim a estação Açude/Choupal





Estação Aeminium / Loja do Cidadão

Estação Açude / Choupal

4. O desenvolvimento da Linha do Hospital

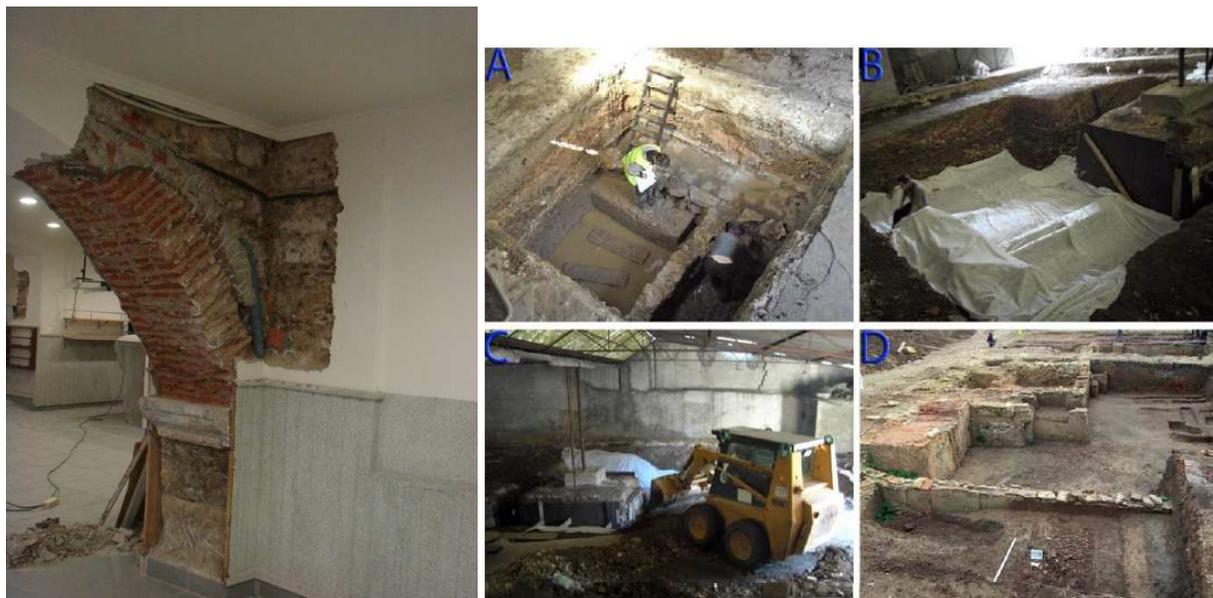
Na Linha do Hospital a libertação do canal da Baixa para a implementação do SMM continua a ser uma prioridade. Diversos estudos têm sido e continuam a ser realizados para a implementação do SMM nesta zona da cidade. Um destes estudos é o projecto para o edifício pórtico no início da Rua da Sofia onde actualmente se encontra a Farmácia Luciano e Matos (posteriormente à apresentação na AM houve já a aprovação do Projecto de Arquitectura por parte do IGESPAR.



Projecto do arquitecto Gonçalo Byrne

Está ainda a ser realizado um estudo de circulação nesta zona da cidade, entre a Beira Rio e a Rua da Sofia. Com este estudo pretende-se solicitar uma alteração da Declaração de Impacte Ambiental nomeadamente a alteração do uso da nova via rodoviária e da Rua da Sofia o que criará condições para a adopção para este espaço de grande valia patrimonial e histórica, de soluções desenho e funcionalidades urbanas de verdadeira qualidade.

Existem extensivos trabalhos de arqueologia que se encontram a decorrer, quer à cota positiva (entre a Rua da Sofia e a Rua Direita) que à cota negativa (entre a Rua Direita e a Loja do Cidadão).



Prospecções à cota positiva

Prospecções à cota negativa

Estão ainda a ser estudadas com a Câmara Municipal de Coimbra as integrações funcionais das várias estações da Linha do Hospital. Uma das zonas-alvo de estudo foi a de Celas e o seu atravessamento pelo SMM. Neste âmbito o túnel entre a Sereia e Celas foi redimensionado e a tipologia e localização da estação foram alteradas e optimizadas.

Finalmente, foram criadas duas novas estações na envolvente dos HUC, nomeadamente um junto ao bloco das actuais Consultas Externas e outra junto ao novo Hospital Pediátrico, permitindo alargar a área de cobertura do sistema e, particularmente, passar a servir um novo e importante equipamento de saúde dando uma mensagem de verdadeiro ordenamento integrado do território.



Estação Universidade – Polo III



Estação HUC



Estação Pediátrico

7. As novas expansões urbanas e suburbanas

O Sistema de Mobilidade do Mondego assume-se como um sistema multimodal de transportes para toda a cidade de Coimbra e região envolvente.

Assim, estão a ser estudadas as expansões quer a Norte (Adémia) quer a sul (Condeixa).

Ao nível urbano está a ser estudada uma ligação dos HUC à Solum, da Solum ao Parque de Campismo passando pelo Polo II e Quinta da Portela e finalmente uma ligação do Hospital Pediátrico à Casa do Sal.

Estas possíveis expansões irão ser objectos das relevantes análises custo-benefício e de consensualização com as Câmaras Municipais envolvidas.

8. Calendarização e Investimento do SMM

O calendário dos concursos é o que se segue:

Calendário da 1ª Empreitada

	Data
Lançamento dos concursos	2º Trim 2008 e 4º Trim 2009
Interrupção do Serviço Ferroviário	3º Trimestre 2009
Adjudicação do Material Circulante	3º Trimestre 2009
Início de Obra de Infra-estrutura	3º Trimestre 2009
Início do Serviço Serpins - Coimbra Cidade	4º Trimestre 2011
Início do Serviço Urbano Coimbra Cidade - Coimbra B	1º Trimestre 2012

O investimento previsto para o sistema completo é que se segue:

INVESTIMENTO TOTAL

Milhões de Euros	Estimativa	Executado	Situação Concursos
1ª FASE - Reabilitação do Ramal da Lousã	303,90	4,00	
1ª Etapa - Construção das Interfaces	4,00	4,00	
2ª Etapa - Reabilitação e Modernização do Ramal da Lousã	299,90		
Estudos, Projectos, Assessoria e Coordenação	8,00	2,00	
Reabilitação das ILD's e Sistemas	190,90		1ª empreitada lançada a 20/3/09 Fiscalização Lançada a 21/4/09 2ª empreitada a lançar a 24/04/2009
Construção do Parque Materiais e Oficinas	36,00		
Material Circulante (1ª Fase)	65,00		Lançado a 30/6/08 Relançado a 31/12/2009 Recepção Propostas 24/3/2009 Adjudicação até 19/10/2009
2ª FASE - Construção da Linha do Hospital	134,00	11,00	
Libertação do canal na Baixa de Coimbra	13,50	11,00	
Construção ILD's	64,50		
Material Circulante (2ª Fase)	56,00		
TOTAL DO INVESTIMENTO	437,90	15,00	

Terminada a apresentação, o **Presidente da Assembleia** agradeceu ao Presidente da Metro Mondego e de seguida tomou da palavra para dizer o seguinte:

"Há pontos que vale a pena vincar. O total do custo, foi dito que são 437 milhões de euros, chamo a atenção que em Lisboa em Julho foi adjudicada a extensão da linha vermelha com 3 Km, que vai da Estação do Oriente ao aeroporto da Portela, por 500 milhões de euros. Isto tudo vai custar 437. Espero que daqui a um tempo não se queixem que esta obra custa 400 milhões, quando em Lisboa apenas 3 Km custam 500 milhões, espero que não seja o caso porque as coisas estão encaminhadas.

Há uma componente pouco vincada que vale apenas vincar que é a componente da dependência energética.

Digo isto há anos, e espero que as pessoas comecem a acreditar o futuro está nos transportes colectivos. Não tenho dúvidas é o transporte colectivo sobre rails, não vale apenas estar a sonhar que se tem uma cidade ordenada, os próprios Estados Unidos que era um exemplo dado, poderia citar várias fontes dessa convicção o próprio Presidente actual já vai lançar TGV Estados Unidos.

Até o último baluarte da rodovia acaba por se convencer aos comboios.

Há duas notas que gostava de sublinhar, a primeira é energética, é que nos em transportes em rails dependemos da electricidade que é um componente puramente nacional ou tendencialmente nacional e em transportes rodoviários é petróleo com dependências de toda a natureza, e outra é ambiental que cada vez estamos mais preocupados com isso. Por passageiro no comboio eléctrico são 2 gramas, no carro são 70 gramas não é um percentualmente qualquer é muita coisa a mais é muitas vezes mais.

Por razões políticas tive a sorte de ter sido frequentador de duas cidades onde há este transporte Estrasburgo e Bruxelas, claramente Estrasburgo mudou com este tipo de eléctrico.

No caso de Bruxelas é um caso típico que foi vincado em que este típico de transporte potencia o outro transporte de acesso.

Outro ponto quando isto começou, no Porto é a mesma coisa. Enquanto que agora se vai à Lousã por exemplo por necessidade, quando houver este transporte a pessoa vai andar para passear, tenho a certeza disso e cá em Coimbra muito particularmente. A pessoa ao domingo se está farto de estar em casa, mete-se no eléctrico, e vai dar uma voltinha, por isso é melhor que o Metro seja à superfície do que enterrado. Não são só os números, a pessoa passa a ser atraída e ir.

Outro ponto que gostava de falar.

O Senhor Professor falou mais que é a questão da interface da futura estação de Coimbra-B. Chamo a atenção com o TGV o tempo de Lisboa aqui são de 40 minutos, a nossa grande empresa são os hospitais, com mais 17 ou 20 a pessoa chega de Lisboa para frequentar os serviços dos hospitais em 50 minutos.

Se Coimbra tem ambição depende fundamentalmente deste eléctrico e depois naturalmente do TGV.

Mas depois há preconceitos quanto ao TGV e quanto ao Metro, é preciso chamar eléctrico ao Metro e comboio rápido ao TGV, porque a palavra tem sido envenenada e evita-se esse envenenamento.

Não tenho qualquer dúvida de o dizer que o futuro de Coimbra passa por iniciativas que vão ser tomadas, mas em grande medida esta centralidade que é marcante. Vejam realmente as acessibilidades aos hospitais quando houver o comboio rápido e o eléctrico a funcionar."

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (BE):

"Gostava de fazer duas perguntas uma delas têm haver com o percurso urbano do metro de Superfície.

Tem uma questão de princípio que me parece fundamental que é a existência desta rede implica um repensar da mobilidade na cidade e na verdade os exemplos depois que apresenta, apesar deste princípio, continuam a pressupor uma circulação automóvel em toda a baixa e nomeadamente por exemplo na Av. Emídio Navarro supondo a uma rodovia de várias faixas.

Uma coisa é para se reduzir o trânsito na Rua da Sofia, outra coisa é que esse trânsito urbano se reduza à circulação de transportes colectivos, de ambulância à mobilidade de pessoas que precisam de alguma mobilidade especial.

Suponho que seria importante, da parte da Metro Mondego sublinhar que esse refazer da mobilidade na cidade, implica uma diminuição real e que não pode ser apenas dependente da boa vontade dos utentes que querem que o Metro venha a ser rentável, da circulação passa muito por exemplo, pela criação de canais que seja

senão absolutamente exclusivos para o Metro nomeadamente na beira-rio, como maioritariamente reduzidos esse meio de transporte.

Outra questão tem a ver com o percurso para lá do Sobral de Ceira.

Aqui certamente não foi tão explícito, uma vez que se trata fora da Cidade de Coimbra, mas que interessa sublinhar porque da estação do Sobral de Ceira para lá, as estações são muito mais afastadas, o que significa que são percursos mais longos e em relação às carruagens justificava-se que a percentagem de lugares sentados relativamente aos de pé fosse maior, porque o percurso entre estações são maiores, além disso o solo também é mais acidentado, e é por causa dessa desadequação do material circulante é uma das razões que é atribuída aos incidentes na linha do Tua.

Portanto porque se faz esta opção em vez de material circulantes com interface coordenada em tempo.

São duas questões que são importantes que é o repensar da mobilidade além da questão da densidade do material circulante e a adaptação à própria linha."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Senhor Presidente, senhores deputados, confesso que gosto de bastantes surpresas e esta é uma surpresa agradável até pela forma que no foi aqui apresentado aquilo que consideramos e a CDU considera desde à muito como um dos projectos estruturantes para Coimbra.

Só perca pelo tardio pelas sucessivas lutas dos vários poderes que, tem vindo a atrasar-se sucessivamente a implantação no terreno.

Sendo esta uma surpresa agradável, pela forma que nos foi presente não deixa de ter o seu cunho de desagradável é que efectivamente isto prejudica um debate sério sobre esta matéria.

Se nós somos apanhados de surpresa em relação a este tipo de apresentação que não nos permite vir aqui suficientemente preparados e com tempo útil e o senhor Presidente há-de me desculpar com tantos problemas em relação á duração dos espaços de discussão nesta Assembleia, introduz-nos um, que só por si, suscita todo um conjunto de matérias, aliás como decorre da apresentação da intervenção da apresentação quando diz que está tudo ligado a toda a mobilidade urbana da cidade de Coimbra e que não pode deixar de ser discutida em associação com a implementação da Metro-Mondego, estamos a ver o volume de matéria que nos é aqui presente. Esta é a parte negativa da surpresa.

Isto é cheio boas intenções efectivamente tolhe a possibilidade de intervenção e de colocar questões muito concretas, e um debate muito mais aprofundado.

Penso que estas intenções quando são mal aplicadas ou quando são mal introduzidas tem efeitos negativos. Ou das duas uma, ou paramos agora a Assembleia e vamos discutir o Metro-Mondego com as dúvidas que seguramente a muitos deputados já se colocaram, a mim colocam-se várias e posso já colocar uma. Como se compaginam estas boas intenções com intenção manifestada aqui há alguns meses atrás, quando esteve presente o Senhor Administrador dos HUC, da construção de um silo nos Hospitais da Universidade de Coimbra, sendo que os Hospitais do da Universidade de Coimbra e sua dependências vão ser servidas pelas três estações da Metro Mondego. Não bate a bota nem a perdigota e ambas as intenções merecem todo o reconhecimento.

É melhor ficarmos por aqui, aceitar a apresentação e encararmos esta discussão, digamos não tanto com a ligeireza do Metro mas com a profundidade a que nós não queremos colocar nas estações mas que carece um problema desta gravidade.

Senhor Presidente compete-lhe a si, na minha opinião que deveria ter consultado os grupos municipais no sentido de ser averiguada a oportunidade de pôr isto fora da ordem de trabalho.

Porque estamos aqui de facto a prejudicar, uma excelente apresentação e uma excelente intenção."

Intervenção do Presidente da Mesa:

"Lembro apenas o seguinte Senhor deputado.

Na sessão passada foi acusado de me ter esquecido, por não convidar o Presidente da Metro Mondego.

Nessa mesma sessão comprometi-me em o convidar para hoje. Estou a cumprir o que prometi. Fui criticado na outra sessão, eu disse que me redimia que tinha realmente tido essa falha."

Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Árvore:

"Como Presidente de uma Junta de Freguesia da margem direita do Mondego, a poente do concelho, que é servida actualmente pela empresa de camionagem Moisés Correia de Oliveira, e a única empresa que presta esse serviço de transporte.

Atrevia-me a perguntar, à Empresa Metro-Mondego se haverá algum dia, alguma possibilidade do trem-trem passar naquela zona.

Queria também lembrar que temos o concelho de Cantanhede, e o concelho de Montemor-o-Velho que naturalmente poderão ter uma mais valia com este meio de transporte."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Antes de mais queria agradecer o elogio que o representante da CDU fez ao projecto acabado aqui de apresentar sobre o Metro-Mondego.

Também quero recordar que esta aqui o Presidente da Metro-Mondego, e que a proposta aprovada por esta Assembleia para nos explicar o projecto que finalmente está entrar nos carris.

Quero, lembrar que ao longo deste mandato que está a terminar. A Administração Central e o nosso Governo têm sido nesta Assembleia acusado por causa de atrasos ao Metro-Mondego.

Apreciei o entusiasmo, a determinação, a sabedoria, manifestada aqui pelo Prof. Seco na forma como aqui nos colocou o projecto e o seu desenvolvimento.

A questão que eu queria colocar são apenas duas e que se resumem tão só a isto:

Algum tempo de comparação o que foi a anterior gestão e a gestão que actualmente o Senhor Professor está a desenvolver.

É saber se tem sentido ou não, algum constrangimento da Administração Central porque afinal de contas é o governo que vai pagar as obras do Metro-Mondego para o desenvolvimento, o projecto na sua execução.

Ponto dois é saber se valeu ou não apenas a reformulação do projecto em termos de rentabilidade e de serviço da população de Coimbra nos termos que nos acabou de expor."

O Presidente da Metro respondeu às questões colocadas:

"Vou responder por ordem em primeiro respondo à Dra. Manuela Rodrigues.

Há aqui uma questão prévia que é preciso esclarecer.

A Metro Mondego não é responsável pela política de mobilidade da Cidade.

Há coisas que não dependem de nós, nós temos a nossa filosofia, falamos com a Câmara, há muitas coisas que estamos de acordo, mas a entidade responsável pela definição política de mobilidade da Cidade, é a Câmara Municipal de Coimbra.

Dito isto e em resposta directa a alguma das questões, que colocou falo de facto concretos.

Por exemplo, falei na Rua da Sofia, mas de facto a solução que está a ser proposta, ou seja, que apenas haja um sentido de trânsito, um único, na Rua da Sofia o que significa e permitirá o alargamento dos passeios, esse sentido é só para ser usado por transportes colectivos e veículos especiais.

Isto não quer dizer, repare que há aqui uma política de mobilidade, cada um de nós tem a sua e eu não tenho a veleidade de dizer que minha é a melhor de todas, tenho a minha política de mobilidade que eu gostaria de ver para a cidade. Essa política de mobilidade passa claramente por uma redução do uso do automóvel no centro da cidade mas não passa pela sua eliminação. Esse é que é o equívoco que as vezes nós temos, por muito que queiramos não imagino os próximos 20 anos as sociedades desenvolvida europeias a viver sem automóvel. Podemos é retingir o uso do automóvel às funções em que ele é imbatível e esse que significa que não o podemos anular. Só para dar alguns exemplos a introdução do metro na Nicolau Fernandes e Sá da Bandeira vai implicar que o tráfego banalizado de rodoviário privado só ocorrerá num sentido, ou seja inevitavelmente pelo menos o nível do tráfego passará na pior das hipóteses para metade, o que já é uma redução muito significativa. Devo acrescentar por exemplo que a introdução do Metro na Sá da Bandeira, na Praça da Republica, na Alexandre Herculano e no Largo do Papa, implica uma redução significativa da oferta de estacionamento naquela zona, ou seja, inevitavelmente se não há lugares para estacionar haverá menos a utilização do automóvel. Mas espero que a redução de utilização do automóvel não se faça apenas pela negativa ou seja, à custa do chicote que é reduzir a capacidade, reduzir a oferta de estacionamento. Não, eu espero na comparação de cada um de nós vai passar a fazer, em zonas servidas pelo Metro, o Metro passa a ser mais competitivo do que é actualmente a alternativa autocarro. Só para ter uma ideia por exemplo, a solução que está aprovada pela Câmara, para o Largo da Portagem implica alguma redução de capacidade do cruzamento da portagem.

Portanto, inevitavelmente vão passar menos carros na portagem, mas isto tem de ser feito de uma forma integrada há áreas que são estudadas pela Metro e que depois as suas soluções sufragadas ou não, pela Câmara Municipal, mas há outras zonas que saem completamente fora da área de influência do projecto metro. Só para ter uma ideia por exemplo, por isso pedi para me apresentarem aquela solução para não especialista é capaz de árido, mas aquilo representa a nossa proposta que vai ser melhorada com a Câmara Municipal. Mas tem ali uma filosofia fundamental. O princípio fundamental que está ali defendido é tão só este, e só por si implica uma redução do nível de tráfego, que é o movimento longitudinal, ao longo da direcção do rio entre a Portagem e a Casa do Sal, vai deixar de ser servido como é hoje, por seis vias de tráfego, quatro na Fernão de Magalhães e duas na marginal rua Aeminium passará a ser servida apenas por quatro. Isto

inevitavelmente implica uma redução da capacidade instalada da ordem dos 20/30%, ou seja, está implícita naquela solução que vai haver uma redução da circulação. Agora não está implícita, não nos parece a nós, mas não somos nós a decidir isso, adequado pensar de repente que na Fernão Magalhães toda vão desaparecer os carros. Porque alguma acessibilidade até para garantir a viabilidade económica dos espaços comerciais da baixa também depende da acessibilidade dos futuros potenciais compradores a essa zona de carro. Porque há deslocações em que a Metro pode ser muito competitivo, por exemplo deslocações todos os dias de casa para o emprego, eu esperaria que 90% dos trabalhadores da Baixa que sejam servidos pela linha do metro que passem a vir de Metro, mas já não tenho a mesma veleidade de pensar todas as pessoas que viram as compras à Baixa, viram todas de metro, porque o metro em alguns casos não é competitivo. Ou seja, há aqui uma degradação que depois depende das nossas posições relativas em relação ao que é a qualidade de vida, e o que é a política de mobilidade portanto poderemos ser mais restritivos ou menos restritivos, agora a solução que está a ser desenvolvida e implementada neste caso com a aprovação de caso a caso por parte da Câmara Municipal, já implica alguma significativa redução da utilização do automóvel. Por isso, tenho o dito muitas vezes, se nós vamos por o metro na Sá da Bandeira, na Praça da República e no acesso ao Pólo I e depois toda a gente que actualmente vai de carro para o Pólo I da Universidade vai continuar a ir de carro, alguma coisa falhou redondamente.

Portanto, eu espero pela positiva por um lado, criando um bom sistema de transportes públicos, e pela negativa reduzindo a oferta de estacionamento, nós consigamos um reequilíbrio muito grande da utilização do automóvel e uma redução dessa utilização.

Penso que respondi genericamente ao que me pediu.

A questão de tipo de veículos, suburbano ou urbano.

Repare, já foi uma decisão que veio antes da minha presença no Conselho de Administração, uma decisão da Secretaria de Estado de Transportes, quando se adoptou a lógica do tram-tram, foi exactamente para tentar ter no mesmo veículo as duas potencialidades. Ou seja, os veículos são tecnologicamente são veículos suburbanos e urbanos, são tecnologicamente iguais, com pequenas diferenças ao nível tecnológico, mas tem uma diferença fundamental que é de facto os veículos que vão fazer o serviço suburbano para Miranda e para a Lousã vão ter o maior número de lugares sentados.

Isso é assim que está assumido, ou seja, tentou-se dar essa resposta, aliás uma parte daquele aumento do custo dos trezentos milhões decorreu exactamente essa decisão, os veículos do tram-tram custam cerca de quinhentos mil ou setecentos mil a mais do que um veículo normal.

Portanto o que se pretende e o que se vai ter é, veículos que estão digamos assim a meia distância, entre um veículo ferroviário pesado e um tram normal um metro ligeiro normal, porque são veículos mais robustos, capazes de andar bastante mais depressa, na zona suburbana, mas ao mesmo tempo capazes de andar muito devagar e com grande segurança na zona urbana.

É o tipo de veículos que temos no Porto e não estamos a inventar nada. Se forem ver a solução que vamos adoptar aqui, é tecnologicamente idêntica a solução que está a ser implementada na linha da Póvoa do Varzim, neste momento. Os veículos que foram comprados há alguns meses pelo metro do Porto são exactamente do

mesmo tipo que vamos ter aqui. Vão circular na zona suburbana como se fossem comboios, e na zona urbana como se fossem eléctricos rápidos.

Uma outra pergunta que me foi feita, sobre a questão do silo dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Como fica implícito o que disse antes, eu não tenho autoridade sobre essa matéria mas o que posso dizer, é, que estou convencido. Primeiro, se calhar é surpreendente, estou convencido que apesar de tudo ainda se justifica um silo nos hospitais.

A questão não é essa, a questão é qual é a capacidade desse silo e aí estou convencido que a Câmara Municipal na sua função de reguladora e os Hospitais da Universidade como potenciais utilizadores saberão dimensionar, agora estou completamente de acordo que o silo que será feito agora, será com certeza mais pequeno do que aquele que seria feito há alguns anos na lógica da não existência do Metro. Tenho a certeza disso e confesso que não estou muito preocupado.

Em relação à possibilidade de servir S. Martinho de Árvore por metro ligeiro. Eu detesto não ser sincero, como não gosto de ser politicamente correcto, e com toda a franqueza, acho muito difícil nos próximos anos que isso venha a acontecer, acho pelo contrário altamente desejável que o sistema de transportes rodoviários que serve essa zona que seja claramente intensificado e integrado com a linha do metro nomeadamente se ela for expandida até à zona de Adémia, isso permitirá ter um aumento muito significativo da qualidade de serviços de transportes que vamos ter nessa zona.

Como disse, tal como a lógica metro ligeiro, metro pesado é uma questão de números. Se pensarem o metro ligeiro, uma linha de metro ligeiro é capaz de transportar numa hora qualquer coisa com 30 mil passageiros.

Só para terem um termo de comparação num dia inteiro os SMTUC transportam na melhor das hipóteses 80 mil, ou seja, numa hora de metro, é possível transportar 1/3, dos passageiros que usam por dia todas as linhas dos SMTUC. Portanto tem de ter a noção que estamos a falar de um sistema de grande capacidade.

Só faz sentido, só é economicamente viável implementá-lo em canais que tenham densidades de procura significativas.

Há pouco disse e mostrei, mesmo aqueles estudos possíveis de expansões que estamos a fazer, só serão alguma vez viáveis e interessantes, se nós fizermos o nosso trabalho de casa, reformularmos o ordenamento de território naquelas zonas e assumirmos que queremos ter lá o Metro. Primeiro criamos o potencial, á procura e depois metemos lá o metro, senão ninguém tem dinheiro para pagar os custos de duração do sistema deste tipo.

Portanto, acho que é possível e desejável nomeadamente de um estudo que estamos a fazer, de possível reformulação da rede dos SMTUC, um dos pontos que obviamente realça é que, é interessante tentar desenvolver um ponto de inter-fase na zona de Adémia. Portanto será através de um ponto na Adémia ou na zona de inter-fase de Coimbra-B e será concerteza possível servir toda a zona Norte da Cidade de forma mais interessante, o que não impede que alguns serviços de transportes rodoviários venham directamente à Baixa.

Mas por exemplo: pessoas que queiram vir para a Solum, provavelmente fará sentido utilizarem o metro. Há uma serie de alterações, que podem ser feitas à rede de transportes públicos que nós não podemos ter a veleidade e não é preciso que o

metro vá a todo o lado. O metro tem de funcionar como uma espinha dorsal do sistema e depois tem de haver sistemas mais ligeiros que façam o serviço mais capilar para o qual existem.

Quanto às perguntas sobre o constrangimento da Administração Central, em relação a isso é um tipo de coisas que tenho algumas dificuldade em responder. O que posso dizer é que quando foi convidado, perguntei à Sra. Secretária do Estado se o metro era para fazer ou não. Disse à Sra. Secretária do Estado que no momento em que eu deixasse de acreditar que o metro não ía avançar, ia-me embora. Como ainda cá estou, penso que a resposta é essa.

Se valeu a pena o atraso, confesso e acho que nós introduzimos muitas melhorias significativas no projecto. Portanto, cabe a cada um de nós pensar que aproveitamos o tempo que nos foi dado. Portanto, se eu não tivesse tido estes dois anos para promover algumas das alterações, nomeadamente e tenho muito orgulho na alteração da variante da Solum, porque acho que é uma alteração qualitativa no projecto, teria ficado triste. Aliás posso dizer que a variante da Solum tinha sido proposta por mim à Metro-Mondego há meia dúzia de anos, ou seja, não foi uma proposta que apareceu agora, e por esse lado fiquei concerteza satisfeito pelo projecto ter permitido ter essas alterações.

Agora se poderíamos ter andado mais depressa, provavelmente poderíamos, provavelmente alguns meses foram perdidos por ineficiências múltiplas nomeadamente a própria Metro-Mondego."

Terminado o debate sobre a apresentação DO PROJECTO DO SISTEMA DE MOBILIDADE DO MONDEGO, a Assembleia prosseguiu com o Período Antes da Ordem do Dia.

Intervenção do deputado Carlos Cidade em defesa da honra:

"Queria esclarecer definitivamente o senhor deputado Serpa Oliva de que aqui somos todos deputados, somos todos iguais.

Senhor deputado tenho a felicidade, de ter dois filhos e um neto e a grande felicidade de terem nascido em liberdade.

Sou trabalhador por conta doutrem há 34 anos, pago os meus impostos todos, tive funções públicas das quais tive muita honra, que trabalhei com pessoas que tem referenciais de seriedade. Sou um homem livre e responsável, exerço a minha actividade política com paixão, não sou daqueles que enfia a cabeça na areia e que não vê ao seu redor o que se vai passando à nossa volta. O que se passa é grave, portanto, não lhe reconheço no campo político qualquer autoridade, nem é para mim qualquer exemplo, nenhum exemplo!

Tenho pena que a sua interpretação do português seja deficiente, que é uma frase ente comas tem um significado, se lhe falta alguma coisa lá, sabe o porquê tenho vergonha de a citar. Agora que é citada na rua em vários locais é, mas agora tenho vergonha de a citar e está entre comas. Se entende, entende! Senão, paciência!

Não tenho dúvidas que tocou fundo, tocou fundo quer a minha intervenção na Assembleia Municipal última, quer o meu requerimento dirigido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeço o despacho imediato que fez para o Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, mas que ainda hoje estou à espera. Tocou fundo o artigo de ontem, é natural! o objectivo era esse. Claro que sou incomodo, mas não sou subserviente.

Parece que de facto o que se passa à nossa volta não tem fim à vista. Passo a passo, dia-a-dia tudo acontece, infelizmente. Curiosamente o senhor deputado Serpa Oliva só fala numa parte que ele entendeu que deveria falar, mas não falou nas citações que fazem referências a casos deste tipo que eu também cito entre comas, depois de visionar muito bem na internet o programa de 29 de Março do Senhor Professor Marcelo Rebelo de Sousa. Não quer entender, paciência!

Olhe senhor deputado a sua intervenção não me assusta, vindo da família política de onde vem não me assusta nada. Desculpas alguém vai ter que as dar mas é ao povo de Coimbra. Com a sua intervenção com a falta de respostas saiu daqui com a convicção que a batalha que os exercícios dos actos políticos públicos de forma séria, sem levandade, reforçam a minha luta em relação a isso.

Não contam comigo para branquear actos políticos de duvidosa legalidade e sujeitos a investigação, venham de onde vierem.

Gosto muito da minha cidade, e como gosto não posso aceitar o que se vem passando, ao contrário de V. Ex^a que não quer ver para bem do seu ego. Mas isso é da vida, o problema é seu. Escusa de ameaçar porque já não é o primeiro. Sempre estive habituado, e já lá vai muito tempo e estamos a comemorar os 35 anos do 25 de Abril podemos dizer as asneiras que entender, é livre para isso. Que fique claro que a minha luta se mantém com todo o respeito fiz a minha intervenção aqui na última Assembleia Municipal, com aquilo que se vem passando na nossa Cidade, é demasiado gravoso para enfiar a cabeça na areia. Não faço isso.

Em relação ao senhor Presidente da Junta do Ameal só dizer isto:

Parece que tenho o dom de acordar consciências e ainda bem, porque se assim o é, é uma questão como dizia o poeta “inquietação, inquietação”.

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldés (Por Coimbra):

“Em primeiro lugar gostaria realçar que ficámos um pouco mais esclarecidos sobre o Projecto Metro Mondego. Evidentemente desde que funcione em articulação com os Serviços Municipalizados de Coimbra entendemos que poderá ser um grande projecto de interesses da Cidade de Coimbra e da região.

Tenho ouvido hoje algumas situações que tem vindo a ser levantadas, algumas delas sem razão de o ser. O que nós sabemos em termos concretos é que parece que muitas vezes esta Assembleia funciona para além daquilo que se passa em relação ao exterior e em relação àquilo que se passa no exterior é grave, neste momento nós atravessamos uma crise de que não há memória, uma crise que ultrapassa os 35 anos que já aqui foram falados. O sentimento económico do país, a confiança dos consumidores, a confiança dos empresários, neste momento praticamente é inexistente. Como sabem, estamos a atingir números que podem ser de alguma forma serem considerados como deflação, o que é algo extremamente grave para a economia do país para o emprego e para o crescimento económico que todos não almejamos. O investimento praticamente não existe, todos nós temos consciência das notícias que, de dia para dia, surgem na comunicação social, nos jornais, nos indicadores económicos, nas revistas técnicas naquelas que nos merecem confiança.

Efectivamente o investimento praticamente desapareceu, as empresas estão a fechar, o emprego começa a ser mais difícil de alcançar e o que é certo, é que, esse investimento em todos os âmbitos designadamente na formação bruta de capital

fixo que praticamente tem vindo a desacelerar e a atingir, quase que qualquer dia de difícil retorno, é um facto.

As nossas exportações também resultantes da situação internacional estão a abaixar e é óbvio que o défice externo que nos últimos 4 anos atingiu valores quase insuportáveis. O défice externo cresceu de 6.1 para 10.6 e a dívida externa neste momento atinge 90% do PIB.

O que é que significa com esta carga fiscal que cada vez é mais intensa e que o governo que cada vez que quer resolver um problema, cada vez carrega mais na carga fiscal, assim o que é que nós poderemos esperar dos próximos tempos e dos próximos anos. Nós não somos contra a alguns grandes investimentos nacionais, o que nos preocupa é o princípio da equidade, o que nos preocupa é saber se vamos ter dinheiro para pagar muitos dos projectos que neste momento estão a ser perspectivados.

É por isso que quando nós nos deparamos com uma situação que não é a melhor das situações, vemos que há sempre alguém que tenta rumar contra a maré.

Quero realçar com muito gosto o facto desta Câmara Municipal e porque as autarquias locais e eu sempre tenho defendido isto, as autarquias locais tem sido o motor do desenvolvimento do nosso país. As autarquias locais tem contribuído para reduzir as assimetrias regionais. As autarquias locais são neste momento o sustentáculo do emprego, se não fossem as autarquias, não sei se já viram em que circunstâncias nós nos encontraríamos.

A questão do I'Parque é provavelmente um dos grandes lançamentos estruturais deste município e desta Câmara Municipal de Coimbra. É um parque de ciência e de tecnologia, vai ser um parque catalizador do desenvolvimento económico da região centro, aposta em novas empresas baseadas no conhecimento científico, e no desenvolvimento tecnológico e essas sim, itão permitir que efectivamente apareçam as tais mesmas empresas inovadoras com vantagens competitivas e que ofereçam essas mesmas vantagens no âmbito do comercio internacional. A compatibilidade gera o crescimento económico e o crescimento económico gera o emprego.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, o senhor foi eleito pela maioria dos cidadãos deste concelho, o senhor e este executivo estão a fazer um trabalho absolutamente exemplar do nosso ponto de vista, as fumaças que continuam a ser de alguma forma criadas artificialmente à volta de um conjunto de imputações que são absolutamente inqualificáveis porque não julgam em si, os actos de cada um, o que pretendem é criar um facto político absolutamente inadmissível para de alguma forma escamotear a incapacidade de apresentação de propostas alternativas, essa é verdadeiramente a situação que se verifica.

Quero dizer-lhe que a bancada da maioria, nós próprios, temos cada vez mais confiança, confiança não só institucional, confiança política, confiança pessoal de forma incondicional e estamos convencidos que os cidadãos de Coimbra irão fazer justiça a todo trabalho que tem sido desempenhado por este executivo.”

Intervenção do deputado municipal Luís Santarino (PS):

"Senhor Presidente, quero dizer que me sinto de alguma forma constrangido e que não vou ser breve. Não consigo ser breve por várias razões.

A primeira das quais eu também sou de Coimbra, e gosto muito da minha cidade e não permito a ninguém que diga mal da milha cidade.

Como mesmo antes do 25 de Abril não permiti que dissessem mal do meu país, toda a gente sabia todos os meus amigos sabiam que eu era de esquerda., não concordava com o estado novo, não era salazarista nem lá perto, mas também não o permitia que o fizessem.

Na realidade as notícias de Coimbra são más, mas não só más de agora.

Queria dizer ao meu amigo e camarada Carlos Cidade que não são de agora. Ainda há pouco tempo apoiei um jovem militante do PSD, João Francisco, contra um cidadão que tem onze processos em tribunal, e o meu amigo Carlos Cidade pertence à Assembleia Geral de uma lista liderada para a direcção do Engº Eduardo Simões em que é arguido em onze processos em tribunal. Apoio o jovem do PSD sem nenhuma mágoa nem nenhum problemas porque sou se Coimbra, sou da Académica e acredito nos valores de Coimbra e nos valores da Académica, são inacreditáveis, são alienáveis, o combate também é, pela decencia, pela seriedade dos princípios e dos valores que deve presidir a aquela instituição centenária, Associação Académica de Coimbra/Organismo Autonomo de Futebol.

Se tenho alguma dúvida e se algumas noticias são más, que são más, mas também ninguém nunca me viu acusá-lo publicamente, a não ser em algumas entrevistas a dizer que ele era um mau presidente. Também não concordo em algumas coisas com o Senhor Presidente da Câmara e esta maioria está a governar a Câmara, mas, também digo que “à justiça o que é da justiça” e “à política o que é da política”.

Presidente da Junta de Freguesia de Arzila:

“No passado dia 19 foi inaugurado na Freguesia de Arzila o seu Centro Escolar, que nos últimos meses sofreu muitas obras de beneficiação. Hoje, podemos dizer que as crianças de Arzila têm um espaço digno e agradável para iniciarem a sua aprendizagem e os docentes melhores condições para exercerem a sua função de educadores. É uma daquelas das obras em que os políticos se podem orgulhar, ou melhor gastar ou investir o dinheiro público, pois ao contribuir-se para o bem-estar das crianças toda a comunidade saíra enriquecida.

Um agradecimento a todos os que puderam estar presentes, no acto da inauguração. Ao Senhor Presidente da Câmara mais uma vez, em meu nome e dos meus conterrâneos o muito obrigada pela obra realizada, bem como a todos os que contribuíram para que fosse possível a sua concretização.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“A minha intervenção de hoje é dividida em 3 partes:

A primeira dirigida ao Senhor ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, ao Senhor Vereador da Educação e ao Senhor Presidente da Câmara.

Senhor ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Coimbra, como membro desta Assembleia Municipal pelo grupo da CDU e passados mais de 3 anos de permanência neste órgão não posso mais calar a minha indignação pela forma como decorrem estas sessões que a nada dignificam este órgão quem nele participa e sobretudo os eleitores que confiaram o seu voto.

Senhor ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, parte do pressuposto que todos estamos aqui convictos das responsabilidades para que fomos eleitos.

O período da ordem do dia é fundamental e imprescindível, pois é o único espaço livre para estas diversas bancadas trazerem a esta Assembleia as suas preocupações ou as dos munícipes. Isto porque a agenda desta Assembleia nunca é

discutida atempadamente com os líderes dos grupos de modo a aferir questões para colocar em agenda.

Já agora para dizer como a situação de hoje, e obviamente que havia o compromisso de convidar para estar aqui o Presidente da Metro-Mondego mas dada a importância da discussão, senhor Presidente da Assembleia esta questão como outras, como que tem surgido, estou a lembra-me do Prof. Regateiro por causa dos hospitais EPE, há matérias que devem ser agendadas, para que os participantes saibam que elas efectivamente vem a discussão e porque assuntos como o de hoje, exigiriam um tempo próprio de tempo útil para uma discussão mais séria da que foi possível.

Os pontos da ordem do dia sendo todos obviamente do interesse da Assembleia deveriam ser enumerados consoante a importância dos mesmos na relação directa com tempo previsível para discussão. Pois todos sabemos à partida que algumas matérias são geradoras de maior discussão, em termos de tempos de que outras, não sendo este os critérios em muitas situações o tratamento de algumas matérias pertinentes tem sido prejudicadas por falta de tempo de discussão.

Poder-se-ia evitar situações embaraçosas como a que ocorreu à pouco, ou como a que ocorreu na última Assembleia em que pela insistência de esclarecimento em relação a um ponto de agenda senti-mos que a persistência nesse esclarecimento estava a ser para alguns exaustiva, incomodativa, ao ponto de termos sido alertados para o facto de, se tal continuasse nem à meia noite sairíamos daqui. Ninguém é obrigado a estar aqui e todos os assuntos merecem ser tratados com igual seriedade.

Caso necessário e está previsto, é, possível adiar a conclusão de uma Assembleia Municipal para uma data a agendar.

É, responsabilidade de todos, os que nesta Assembleia fazem parte, dignificá-la, valorizá-la e encerrar o tempo de duração da mesma não como um frete, mas como um acto de cidadania no estrito cumprimento do compromisso para com quem nos elegeu no exercício pleno da democracia.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

A responsabilidade de cada um de nós deve colocar no cargo que aqui representa a seriedade dos assuntos, devem ser discutidos para em consciência serem votados, tendo sempre como princípio os interesses da cidade, do concelho e dos municípios exigem uma outra atitude. É esse o apelo que aqui deixo no respeito por todos e por cada um de nós.

Senhor vereador da Educação, no passado dia 18 de Abril e esta questão hoje já aqui foi referida, por alguns dos deputados.

Decorreu um seminário promovido pela Comissão de Acompanhamento da Carta Educativa, em parceria com a Câmara Municipal de Coimbra. A CDU fez-se representar, participou no debate e pretendemos aqui esclarecer alguns aspectos, vem como definir algumas posições.

No decorrer do seminário percebeu-se que duas questões estavam ali a ser analisadas, a Rede Educativa e Projecto Educativo Municipal. Para mim o objectivo central daquele seminário não foi propriamente dita a Carta Educativa de Coimbra mas sim a Rede Educativa de Coimbra, obviamente de Coimbra mas não especificamente a Carta Educativa.

Segundo se pode ler no Diário de Coimbra do passado Domingo e sito os muitos contributos apresentados no seminário, referia uma das responsáveis, são a base de uma proposta de projecto educativo municipal que a comissão de acompanhamento

da Carta Educativa pretende apresentar durante a próxima semana ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra para fomentar uma revisão daquele documento que a comissão considera ser muito redutor pouco aglutinador e insuficiente para as necessidades educativas do concelho.

Ao ler este excerto fico com a ideia que alguma confusão está aqui a ser instalada entre carta Educativa e Projecto Educativo Municipal, ou talvez não, depende da intencionalidade das referidas propostas a apresentar.

Porque se o documento é novo, não é esse que deve estar a ser revisto suponho eu.

O que eu pretendia aqui esclarecer era algumas questões.

O que pretende a Comissão de acompanhamento, rever a Carta Educativa?

A CDU a quando a apresentação e votação da mesma nesta Assembleia propôs que ao fim de um ano de vigência que se efectua-se uma revisão desse documento estruturante para a reorganização da rede escolar.

Propor um projecto educativo municipal de que natureza?

Não se pode confundir intenções e objectivos do que são os projectos educativos das escolas que decorrem especificidades e respostas como projecto educativo municipal que assenta nas políticas definidas pela autarquia no que respeita à Educação.

Que elas não existam, ou que sejam implementadas de forma avulsa e sem nenhuma estratégia orientadora. É uma crítica que a CDU vais reafirmando mas cada órgão com a sua competência no nosso entender.

É da competência do Conselho Municipal da Educação elaborar propostas de alteração à Carta Educativa, contudo as mesmas propostas de alteração devem prosseguir os mesmos espaços previstos para a elaboração da Carta Educativa. Ou seja, ter discussão pública, que por acaso não teve e haver uma revisão deve ser salvaguardo e se apresente à Assembleia Municipal. Se tal for o pressuposto do referido documento a ser presente ao senhor Presidente da Câmara ficaremos a aguardar o evoluir da situação. Ou seja, o dito documento que se propõe a apresentar a Assembleia Municipal terá o direito de o conhecer.

Outra dúvida, não estando em causa a existência de uma Comissão de Acompanhamento, quem entrega esta Comissão de Acompanhamento, como foi eleita ou proposta e que competências lhe foram delegadas?

Seja para rever a Carta Educativa, seja para discutir uma proposta de projecto educativo municipal a CDU desde já deixa a nota de que não pretende aliar desta discussão, pois como recorrentemente vimos defendendo é com a participação de todos que se definem e debatem as políticas concelhias quer seja na área da educação ou de outra qualquer área.

Já agora ao Senhor Presidente da Câmara.

Referindo uma situação, ou seja mais uma situação preocupante para o concelho de Coimbra.

A CDU queria deixar presente nesta Assembleia uma saudação muito significativa e solidariedade com a luta dos trabalhadores da Poceram e da real Cerâmica pela manutenção dos seus postos de trabalho e apelar a V. Ex.^a Senhor Presidente da Câmara que interfira junto do Poder Central de modo a salvaguardar os direitos destes trabalhadores que mais não exigem do que o direito ao seu posto de trabalho.

São mais duas empresas de Coimbra em risco de insolvência que vão colocar no desemprego 150 trabalhadores no caso da Poceram e 890 trabalhadores da Real Cerâmica .

Empobrecer o tecido empresarial de Coimbra e acentuar os problemas sociais do concelho. É lamentável constatar que aquando se assinala mais um aniversário da Revolução de Abril 35 anos passados a democratização da Economia está por cumprir, querem fechar as portas que Abril abriu e em cada empresa que fecha em cada novo desempregado, o direito ao trabalho, ao pão à habitação, à saúde e à educação é posto em causa. Mas, os trabalhadores vão resistir e lutar pelos seus direitos não são nem somos porque hoje são eles a manhã poderemos ser cada um de nós, operários descartáveis.

E o direito ao trabalho é e será um direito universal.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Vou tentar ser breve porque a sessão já vai longa, e mas não posso deixar de abordar dois assuntos que me parecem que devem ser tratados por nós.

Em relação ao Metro-Mondego, naturalmente elogiar a apresentação e o trabalho que tem sido feito pelo Senhor Eng.º Álvaro Seco, mas de qualquer modo dizer o seguinte:

Nós já ouvimos falar no Metro-Mondego já assisti a apresentações do Metro-Mondego há mais de 20 anos possivelmente.

Portanto, a minha expectativa, para além de aplaudir a sua apresentação, é que a coisa ande, é que a coisa se faça, é que mudar o governo não se mudem as administrações e depois se esperem mais 4 anos para se fazerem apresentações. Nós de Coimbra esperamos sinceramente que o Metro-Mondego não passe de um projecto e passe à prática.

Portanto, a minha expectativa é de que, se possa agir em vez de só pensar, a minha expectativa é que não se volte a passar com o Metro-Mondego em termos de contas com o que se passou com a ex Ponte Europa.

Depois Senhor Presidente da Câmara eu não posso naturalmente por simpatia deixar de referir a intervenção da Dra. Maria Reina, sempre que entevem tenho muito gosto em ouvi-la.

Mas cada vez mais, sinto-a como um caso de desamor, o que obviamente tenho que lamentar e chego à conclusão que cada vez que faz uma intervenção que o amor nunca morre de fome, morre cada vez mais de indigestão.

A intervenção do Bloco de Esquerda é uma intervenção que nos habituámos.

O Bloco de Esquerda é bacteriamente puro, o Bloco de Esquerda é o arauto da anti-corrupção, da transparência do anti-compadrio, do anti-favorecimento e portanto, é uma intervenção que eu diria repetitiva que todos nós aplaudiríamos necessariamente, mas não é uma intervenção original. Registamos portanto, a falta de originalidade do BE de quem eu esperava sinceramente até pela sua juventude que fosse muito mais original e cada vez mais original nas suas intervenções.

Porque o maior dos luxos não é ter um bom carro, mas o maior dos luxos em Coimbra e o maior dos luxos é ter tempo para ouvir o que se diz nas esquinas, para ouvir o que se cochicha nos cafés, o maior dos luxos é ter tempo, e esse, é que é efectivamente o maior dos patrimónios, ter tempo para escutar cochichos.

Finalmente queria-me dirigir ao Partido Socialista.

As minhas intervenções não são intervenções pessoais, contra a ninguém em particular, não pessoalisamos as questões. São naturalmente questões políticas, até porque se trata da Assembleia Municipal e portanto, nós tratamos aqui de política não pessoalisamos os ataques. Temos diferenças entre todos, muitas diferenças

com alguns, mas conseguimos aproximações, tanto no próprio executivo nós conseguimos trabalhar em conjunto com todas as bancadas que estão no executivo. As nossas divergências são portanto divergências não pessoais, mas são divergências de política. E nós percebemos com as intervenções do Partido Socialista as dificuldades que hoje tem o partido socialista, porque há socialistas que quando abandonaram outros partidos foram para o Bloco de Esquerda, há socialistas que quando abandonaram outros partidos foram para o partido socialista, há socialistas que quando abandonaram outros partidos até foram para o PSD, e portanto nós percebemos que dentro desta multiplicidade de pessoas e de pensamento que existe entre o partido socialista, às vezes acontece coisas como esta. Que o partido socialista até possa expressar, que possa ser mais bloquista que o próprio bloco.

Mas eu queria-vos bater aonde dói mais.

O que vos dói, foi terem perdido as eleições há 8 anos, o que vos dói é que perderam a Câmara Municipal há 8 anos atrás, o que vos dói é que Coimbra hoje está diferente para melhor, aonde vos quero bater é aonde vos dói. É que aquela Coimbra Zen do Dr. Manuel Machado em que os grandes problemas se adiavam e os pequenos problemas não se resolviam não existe mais, e aproximando-se eleições eu percebo aonde é que vos vai doer mais, é que nós vamos relembrar-vos ponto por ponto o que vocês deixaram por fazer, o que nós fizemos e o que nós queremos fazer, isso é que vos dói!

Portanto, ao Partido Socialista aproximando-se eleições convém avivar a memória e nós cá estaremos.

Percebo também que, a necessidade em algumas intervenções que fizeram é a mãe da invenção, se pudéssemos comer sempre lombo, não se tinha inventado as alheiras. Só que, em democracia é um ditado em inglês, percebo que V. Ex.^{as} queiram tudo, mas a democracia tem destas coisas a Câmara Municipal ainda não é nomeada, ainda é preciso ir a eleições, e o que vos vai doer mais, é que V. Ex.^{as} vão perder as eleições, porque não tem projecto para Coimbra. Porque já mostraram que não servem convenientemente Coimbra e cá estaremos para discutir política a sério.”

Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):

“Penso que já não se encontram na sala os jovens que nos acompanharam inicialmente e não sei se de algumas das coisas que aqui ouviram das intervenções que aqui foram feitas seriam de facto educativas para os jovens sobre o exercício da democracia, é evidente que vivemos em liberdade e esse valor é um valor fundamental e daqui quero saudar desde já o 25 de Abril. O 25 de Abril não é propriedade de ninguém, o 25 de Abril não pode dividir, pelo menos tem que unir numa coisa que é fundamental que é esta liberdade de aqui nos exprimirmos.

Mas, esta liberdade é incompatível quanto a mim com anátemas gerais., E se é um princípio fundamental que nos rege hoje justamente por causa do 25 de Abril é o estado de direito. E no estado de direito há um princípio que não é uma mera questão de retórica que é o princípio da presunção da inocência.

Eu sei que há a tentação da sociedade mediática, em que vivemos condenar na praça pública quem é objecto de acção da investigação criminal. Mas eu sou daqueles que continuo a acreditar no estado de direito e que levo a sério o princípio da presunção da inocência. Fui educado nesse sentido, foi formado numa

escola antes do 25 de Abril que já me ensinava este valor fundamental e quero manter-me fiel a esse valor.

Portanto, não aceito anátemas generalizadores sobre qualquer força política. Se há actos que devem ser investigados devem ser objecto porventura de acusação e de julgamento deixemos aos tribunais essa tarefa porque esse é um princípio fundamental do estado de direito da separação de poderes, já aqui foi dito em termos simples, e eu comungo desse princípio aos “tribunais o que é dos tribunais” à “política o que é da política”.

Portanto, recuso generalizações, anátemas sobre qualquer força política inclusivamente sobre a minha força política a que eu pertença que sou militante o Partido Socialista.

As penas infamantes sobre organizações são da idade média, e felizmente que há muito que desapareceram, quem tem uma ideia mínima do que é um estado de direito.

Se há actores políticos, que cometeram a título individual actos que mereçam ser julgados e serem condenados, esses actores giram a título individual não pode uma organização política seja ela qual fôr ser arrastada e eventualmente ser censuráveis por actos de qualquer um dos seus militantes.

De qualquer modo não posso esconder isto, há uma sensação de incomodo por facto de a nível local em Coimbra sistematicamente nos últimos tempos, ter vindo a lume factos ainda em averiguação que não podem deixar de ser perturbadores para quem tem da vida política a ideia de que a vida política deve nortear-se pelos princípios da transparência.

Estou certo e seguro, que no local apropriado será feita justiça, eu ainda acredito na justiça. Mas a sensação de incomodo, de perturbação que isto causa essa é inegável, causa não só a título individual mas na opinião pública em geral.

Seguramente que, em devido tempo, no lugar próprio tudo será apurado, quem tiver que ser condenados sê-lo à, quem tiver que ser inocentado sê-lo á. O que me recuso é fazer julgamento em praça pública é substituir-me aos tribunais porque repito de mais não devemos ao 25 de Abril devemos isto, o estado de direito, o princípio da separação de poderes, levar a sério o princípio da presunção da inocência.

Isto num plano geral, num plano particular ouvi com atenção o Senhor deputado Maló de Abreu e também lançou aqui um anátema sobre o Partido Socialista, falou inclusivamente de alheira a despropósito mas eu não vou falar de alheiras vou falar o seguinte:

Nós respeitamos a vontade do eleitorado, se perdermos as eleições somos democratas e aceitamos esse resultado, e portanto não nos ensina a nós o que está nas géneses e no ADN do Partido Socialista sermos democráticas. Aceitarmos com humildade democrática quando vencemos e quando somos derrotados, respeitamos o principio da democracia e a humildade democrática Sr. Deputado Maló de Abreu exige logo o seguinte: não dar por antecipado o vencimento de qualquer eleição, isso é, antecipar-se ao voto do povo e o povo é que é soberano a eleições. Não esperava outra coisa do senhor deputado Maló de Abreu senão o panegírico desta maioria camarária que há 8 anos portanto nos rege. Aceitará que não faça esse diagnóstico, eu também tenho 50 medidas do último programa eleitoral, também o vou confrontar na altura própria. O Partido Socialista confrontará esta maioria aquilo que fez e aquilo que não fez, aquilo que prometeu e aquilo que deixou de prometer.

Uma coisa já o devem ao Partido Socialista e com este vou terminar. É que o Senhor Presidente da Câmara se vem estão recordados, nos ameaçou em determinada altura que não se recandidataria senão houvesse Metro-Mondego. O Governo do Partido Socialista fizemos o favor de vos facilitar a vida, vão ter um candidato porque o Metro está aí pronto para arrancar. Devem-nos isto democraticamente.”

Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

“Vim aqui porque também li o artigo publicado pelo deputado municipal Carlos Cidade.

Há uma frase que também já foi aqui pedido que se lê-se.

É uma situação em relação ao Prof. Marcelo Rebelo de Sousa em que se diz. “quem não é arguido não tem o dever ético e moral de se demitir”.

Efectivamente uma coisa é a ética e a moral, outra coisa é o vale tudo, outra coisa é o terrorismo social e político e eu prezo-me de continuar a pensar a agir e a proceder pela ética e pela moral.

Há algum tempo a esta parte, o Presidente da Junta de Almalaguês, eu próprio, fui constituído arguido acusado de um crime ambiental, passível de uma coima de 1500€ a 44.000€, e da qual foi recentemente absolvido.

O senhor queria que eu me demitisse, porque ultimamente o senhor deputado tem andado a tentar encontrar uma série de citações para forçar pessoas supostamente honestas, honestas até prova em contrário e que foram eleitas para exercerem os seus mandatos e as insinuações não devem ser feitas gratuitamente como já várias vezes o foi dito nesta Câmara. Entretanto depois disto treme-a demitido, agora recentemente ilibado.

Uma senhora da minha freguesia resolveu fazer uma queixa, essa queixa foi feita por um mail.. O mail que vai na queixa é C.Cidade @iol.pt. para mim não é claro porque me prezo de proceder pela ética e pela moral de que já falei.

Isto fica difícil porque depois nós temos algumas dificuldades, em compreender e em aceitar estes procedimentos. Também na freguesia de Almalaguês algumas pessoas ligadas ao partido socialista tiveram o cuidado de andar de porta em porta a colocar um comunicado a exigir a demissão do presidente da junta, conforme o presidente da junta tinha se proposto demitir. Reservarei para outras núpcias a explicação com documentos de quem fez os comunicados, de quem os enviou a quem, com a aprovação de quem, se devia exigir a demissão do presidente da junta de Almalaguês que foi eleito que leva o seu mandato até ao fim e que defende de forma honesta com ética e moral a forma como foi eleito foi a mesma e que me leva até ao fim.

Intervenção da deputada Maria Reina em defesa da honra:

"Dr. Maló de Abreu deixe-me dizer que é sempre também ouvi-lo.

É para mim também uma honra que me faça referencia vindo se me permite de um animal político como é um senhor.

Mas deixe-me dizer-lhe que hoje efectivamente não sei se se distraiu porque necessitava ser mais aguerrido com outras bancada. Achei que ficou um pouco aquém até me desiludiu espero na próxima assembleia que isso não aconteça.

Só rapidamente para lhe dizer que morrer de amor ou de desamores, até faz jus a Coimbra até me sinto bem, o problema como diz eu iria morrer de indigestão, eu iria morrer de fome e sabe-o porquê:

Porque sempre que venho a esta Assembleia colocar uma questão, acho que tenho esse direito, como qualquer pessoa tem esse direito de ouvir as respostas mas infelizmente o Senhor Presidente da Câmara provavelmente pela crise, na verdade o que faz é não responde . obviamente o meu problema seria morrer de fome e não de indigestão.

Só queria dizer-lhe mais uma coisa acho que há mais coisas que nos unem do que aquelas que nos desunem. Acho que daria um excelente vereador do CDS porque até citou Paulo Portas quando quiser a ficha eu tenho porque mantenho-me no CDS."

Intervenção do deputado Carlos Cidade em defesa da honra:

"Porque fui citado pelo Senhor Presidente da Junta de Almalaguês, quero dizer o seguinte:

Mas está mal habituado, em política a democracia exerce-se, o contraditório existe, e temos que viver com isso.

Quem exerce cargos públicos tem a obrigação de saber viver com isso. Porque senão está mal.

Agora invocar que se utiliza o mail de Carlos Cidade, o senhor sabe também como eu, porque é que a queixa foi feita É que de facto a senhora não pode receber as convocatórias para a Assembléia de Freguesia por mail, porque pura e simplesmente não tem computador.

Depois deve saber também, quem tem super-visão sobre as autarquias locais no plano do Estado que é a Administração Local que qualquer queixa para além de via postal, sabe que hoje felizmente é possível através da net fazer essas participações. Mas há algum problema nisso?

Saiba viver em democracia."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Devo dizer o seguinte:

Continuo a dizer que acho muito interessante, e é um direito que todas as pessoas têm de falar, na Assembleia ou onde qualquer que seja, mas às vezes há pessoas que falam para sobreviver, é um problema delas não é um problema meu, não tenho nada a ver com isso, não sou obrigado a responder.

E portanto, digo que em relação a intervenções desse género não tenho nenhuma obrigação de resposta.

Em segundo lugar, em relação às questões fundamentais que há para responder que são relativamente poucas. Quero desde logo agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Arzila a referência que fez, fico-lhe muito obrigado pela referência que fez. O que nos estamos a fazer evidentemente que é o nosso dever. Mas, hoje o momento de verdade, eu pensei que no início da sessão que tinha sido inaugurado o centro educativo da Solum, não, não foi, mas sim o de Arzila. Porque no princípio começamos com uma referência nesse sentido.

Mas fico-lhe muito grato por ter dito Centro Educativo de Arzila. Porque isso representa fundamentalmente uma coisa, porque muitos de nós de varias bancadas se bateram nesta Assembleia. Foi para que, as freguesias tivessem a identidade mantivessem identidade que as escolas não fechassem porque acabaria a presença da escola na freguesia.

Cada uma das freguesias tem direito a um centro educativo à sua dimensão. Porque Coimbra é uma comunidade de comunidades, quem não perceber isto, não percebe

nada de geografia humana, compreendo perfeitamente a tentativa de interpretação dos factos que algumas pessoas fazem. Tenho a obrigação muito grande para com dois técnicos excelentes que fizeram a Carta Educativa de Coimbra. Não foram propriamente nenhuns amanuenses de serviço, nem nenhuns especialistas de última hora, nem nenhuma pessoa que se entenda a ela própria incluída de espírito descobridor de novas fronteiras para o ensino. Foram dois especialistas da Universidade de Coimbra, um especialista em Ciências da Educação e outro especialista de Planeamento. Tão maus ou tão bons que tem sido chamados a colaborar do ponto de vista nacional em tarefas de grande dimensão eu refiro-me ao Prof. Pais Antunes, autor das reformas judiciais e ao Prof. José Manuel Canavarro, e foram estes homens que orientaram a nossa Carta Educativa.

Acho que toda a gente tem o direito de ter opiniões acerca da carta educativa, acho que toda a gente tem o direito de discutir a carta educativa o que quer que seja. Agora o que há é uma carta educativa que vai ser aplicada tal como está aprovada e que vai ser revista de acordo com as possibilidades de revisão que nós próprios todos lhe abrimos.

Queria desde logo dizer o seguinte:

Penso que foi uma boa notícia que tive, do próprio representante da Direcção Regional da Educação que estava no seminário que eu abri. Foi que o centro escolar da Solum tinha tido as duas apreciações positivas por parte da Direcção e da parte do Ministério que nos permitirá imediatamente candidatá-lo, uma vez que os projectos de especialidade são pouca coisa e já estão encomendados e prontos para começar a obra, assim como as mais de 6 ou 7 grandes obras em escolas básicas do 1º ciclo, que nesta altura estão prontos os projectos para avançar as obras, e que dão de facto na sequência daquilo que é recomendado na carta educativa uma dimensão completamente diferente e uma qualidade completamente diferente às nossas escolas básicas sem este trabalho evidentemente era impossível de fazer isto, nesta altura estamos em condições para avançar para um ponto diferente do nosso sistema de ensino na prática.

Dispensando certamente de o dizer, que a Senhora deputada terá ouvido o que eu disse em relação ao conteúdo do projecto educativo de Coimbra não vou repetir isso, porque eu já o disse várias vezes na Assembleia e mantenho com coerência daquilo que penso em relação ao projecto educativo, ele precisa de subir de nível, precisa subir de nível de preocupação, de exigência, de organização.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ameal em relação à questão à iluminação da estrada, queria-lhe dizer que o projecto foi feito por nós e foi requisitado à EDP está completo foi enviado às Estradas de Portugal e foi solicitado o trabalho às Estradas de Portugal a instalação nos sítios que acabou de indicar da iluminação, esperamos uma resposta das Estradas de Portugal e de certeza que nos vai dar em relação a esta questão. Mas também devo dizer que esse projecto está na sua aplicação prática dependente também do acerto que nós temos com as Estradas de Portugal em relação à ponte que liga o concelho de Coimbra ao concelho de Montemor-o-Velho e portanto vai certamente ser executado no conjunto das atribuições em percentagem distribuídas que nós tivermos com as Estradas de Portugal em relação a esse projecto.

Outros deputados me perguntaram outras coisas que tentarei responder em conjunto.

A primeira questão que queria responder a um dos deputados que me perguntou o que é que se passava no requerimento para consulta de processos, esse documento está despachado por mim desde 31/03 /09 e diz o seguinte:

O processo está disponível para consulta no Gabinete do Senhor Vice-Presidente, ao Senhor Vice Presidente.

Tornou-se desnecessário este despacho porque os documentos que estão nesta altura na Internet respondem em absoluto àquilo que, é necessário para consulta do processo. Os documentos estão disponíveis, na página da Internet da Câmara Municipal, são esses os documentos que temos não podemos inventar outros.

A segunda questão que queria transmitir a V. Ex.^{as}, era um ponto de vista um pouco diferente daquilo que tem sido as grandes questões que aqui tem sido colocadas.

Quero dizer-vos desde logo o seguinte:

Tenho resistido sempre, porque não gosto de ser demagogo, nem gosto de aproveitar a desgraça alheia para fazer qualquer exibição de quaisquer medidas avulsas. Pedi à rede social do concelho de Coimbra que me fizesse uma proposta consubstanciada das medidas necessárias de apoio aos sectores em crise no concelho de Coimbra. Essa rede social é porventura o instrumento mais potente do ponto de vista social por todas as IPSS e todas as freguesias do concelho de Coimbra, acho que é verdadeiramente a única entidade que nos é capaz de nos dar uma orientação em relação aquilo que há a fazer.

Quero dizer com isto com situações de carência, com situações do desemprego, situações de fome, situações de isolamento, com situações de dificuldades acrescidas de responder a situações de crise e espero que mais rapidamente possível nos entreguem uma linha de orientação para a própria Câmara tomar e eu trazer a Assembleia Municipal para seu conhecimento.

A segunda questão quero dizer que apreciei muito a intervenção que foi feita aqui pelo Senhor Presidente da Metro-Mondego.

E que representa uma colaboração muito estreita que a Metro-Mondego tem tido com a Câmara Municipal de Coimbra. Nem sempre coincidente porque não é obrigatório ser coincidente, mas sempre muito exigente, de parte a parte.

Queria dizer que, do ponto de vista da Metro-Mondego se é certo tenho de agradecer a circunstancia de poder me recandidatar em relação ao Governo o facto é que gostaria de o fazer em condições de absoluta tranquilidade, falta um elemento que acho que é fundamental dentro deste projecto e dentro deste processo que eu exigi com data e com datas marcadas. Como sabem a Assembleia Municipal exigiu um conjunto de datas, em relação a todas as intervenções da linha da Lousã e também exigiu uma data que não está a ser cumprida e que me trás alguma preocupação que é, a data que tem a ver com os estabelecimento das condições de exploração da linha urbana da Cidade de Coimbra.

Ou seja, este é o aspecto principal que fará certamente intervir a Secretaria do Estado do Tesouro e das Finanças que é o grande problema neste conjunto todo que já advém de relações anteriores que eu tenho tido com o projecto Metro-Mondego é ainda não estar decidido. E eu tenho evidentemente uma grande esperança em que ele esteja decidido o mais rapidamente possível. Não o posso deixar de o dizer por uma questão de honestidade a todos V. Ex.^{as}. ainda me preocupa isto. Sendo certo que, todos os espaços tenham sido dados e os espaços em relação ao projecto tenham sido todos muito positivos e a intervenção do Senhor Presidente do

Conselho da Administração da Metro-Mondego tenha sido de facto uma intervenção muito interessante e muito importante.

Em segundo lugar queria dar-vos algumas boas notícias porque vejo alguns de V. Ex.^{as} tão deprimidos tão preocupados com problemas laterais da vida, tão preocupados com os diz que se disse desta cidade que acho que verdadeiramente vos devo centrar naquilo que é essencial.

Aquilo que é essencial são os projectos que nós temos para esta Cidade e a maneira como estamos a consegui-los todos, todos para não faltar nenhum.

Queria dizer-vos por exemplo, que queria cumprimentar daqui, em nome da Câmara Municipal certamente o Arqueólogo Artur Corte Real pelo trabalho extraordinário que fez em relação ao Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha. Devo dizer que o acompanhei em todas as suas angústias e foram muitas, em muitos momentos quase de desânimo em relação àquilo que foi a sua intervenção de luta pela reabilitação do Mosteiro e pela constituição do museu. Tive a oportunidade de verificar que o trabalho que ele fez é um trabalho não só de nível regional mas de nível internacional. Aquilo que está no Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha é qualquer coisa que deve colocar num só orgulho das pessoas de Coimbra mas dos portugueses em geral pelo bem cultural que colocaram à disposição de todos.

Fiquei muito agradado pelo Senhor Primeiro Ministro ter ficado sensível e ter vindo inaugurar aquele espaço. Era um espaço que precisava de uma inauguração, ao nível de um Senhor Primeiro Ministro. Do meu ponto de vista, não poderia ficar-se apenas pelo Ministro da Pasta, fiquei muito agradado por isto ter acontecido.

Queria dizer por outro lado, que a Câmara Municipal interveio também nesta obra, em variadíssimo aspectos parcelares. Ainda à relativamente pouco tempo, desenvolveu uma obra de emergência em relação às águas pluviais que nos custou algum dinheiro mas foi absolutamente essencial para que tudo aquilo corre-se bem, para que os últimos pormenores em relação a abertura do Mosteiro e do centro interpretativo pudessem ser uma realidade.

Queria dizer-vos também que hoje recebemos uma notícia muito importante.

Não vos posso dizer isso de facto com muita emoção. O Convento de S. Francisco era uma realidade distante, era uma coisa que todos queriam mas, ninguém o realizava, era uma coisa que não tinha projecto, que não tinha projecto definido, que não tinha capacidade de ser realizada porque nem sequer havia dinheiro para a realizar. Era um problema que tinha, do ponto de vista do IGESPAR, uma questão essencial que era a delimitação das áreas de protecção.

Portanto, neste curto prazo, nós conseguimos ter a resolução dos vários problemas. Então não é que a portaria do IGESPAR que já estava para publicação à tanto tempo, e que eu tenho aguardado pacientemente há mais de 6 anos que seja publicada, foi publicada no dia 11 deste mês então não é que no dia 31 deste mês, foi aprovada a candidatura de 17 milhões de euros para o Convento de S. Francisco, dos 70 milhões para todo o País, com o orgulho por um projecto que é um projecto magnífico reconhecido pela Direcção Geral e pela Comissão Coordenação Regional.

Então não é que um projecto de Coimbra feito pelo Arquitecto Carrilho da Graça que tem a força de ser feito pelo Arquitecto Carrilho da Graça conquistou este

importantíssimo galardão. Isto é, as coisas que às vezes parecem impossíveis em Coimbra acontecem, verificam-se.

A única coisa que nós naturalmente temos que fazer, é ultimar a aprovação do IGESPAR em relação ao projecto e lançar a obra.

Depois a forma como o projecto se vai realizar, vamos ter muita oportunidade de discutir se em parceria privada ou pública ou não, na exploração. Mas para já temos de assumir a nossa responsabilidade porque é a única forma de termos a candidatura de fazer a candidatura e de garantir a contribuição da parte dos fundos comunitários.

Queria também dizer-vos que o I'Parque que todos V. Ex.^{as} puderam visitar e vi o vosso agrado com aquilo que viram no I'Parque tem também um momento muito importante, que é o momento de finalização da primeira fase das infra-estruturas. Queria dizer a toda a gente e queria fazer uma homenagem muito especial a duas pessoas, porque o I'Parque foi sonhado por muita gente, foi pensado por muita gente, foi tentado por muita gente mas eu tive a alegria de o fazer, com esta Câmara Municipal. Há duas pessoas na génese desta projecto que estiveram que não posso esquecer, porque nunca esqueço ninguém que foi o Senhor Prof. Almeida Santos e o Arquitecto Vaz Cunha que aqui está presente. Sem a força deles sem a persistência deles, este projecto tinha sido arquivado há muito tempo. Mas a verdade é que, também sem a contribuição de muita gente desta Câmara Municipal, sem a contribuição de um homem que tem sido o responsável pela área dos Solos aqui desta Câmara Municipal que é o Eng.^o Octávio Alexandrino, não teria sido possível fazer um inventário dos terrenos, o levantamento topográfico dos terrenos, as negociações com os proprietários dos terrenos, não teria sido possível fazer a expropriação daquilo que foi feito até agora. Sem a intervenção do Eng.^o Rebelo do ponto de vista do planeamento não teria sido possível levar à prática o que era o início do projecto, sem a intervenção das obras municipais não seria possível fazer o acesso que foi feito. E o conjunto das coisas que foram feitas no I'Parque nesta altura representam 12 milhões de euros, é muito dinheiro. Mas foi investido por nós, está lá, existe, dentro de pouco tempo iremos candidatar à construção do primeiro edifício do I'Parque são mais seis milhões e meio de euros. Tivemos também mais uma boa notícia, que acho que deve ser transmitida a todos vós, de ter sido aberta a candidatura para os fundos comunitários para nós em parceria com a Universidade de Coimbra desenvolver-mos a 2ª fase do I'Parque, para a qual vão ser necessários evidentemente mais fundos comunitários que também estão disponíveis para isso.

Peço desculpa, eu deveria preocupar-vos, deveria continuar neste ram-ram, que normalmente as pessoas gostam de o fazer aqui de falar nas desgraças do país, falar na desgraças das pessoas, nas desgraças da justiça, nas desgraças locais, nas desgraças daqueles que passam a vida a cochichar como disse o deputado e muito bem, nos cafés e noutros sítios infames mas, eu tenho outra atitude perante a vida, devo falar naquilo que é positivo naquilo que nós conseguimos naquilo que nós fizemos todos nós e queria agradecer a todos vós com aquilo que é o sal da vida daquilo que dizem mal e com aquilo que não é o sal da vida mas é o que dizem de bem, porque me ajudam porque tudo me ajuda do mal que dizem e do bem que dizem porque me estimula e me entusiasma queria agradecer-vos a todos a vossa participação destes sucessos.”

Período da ordem do Dia

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira pelo que o Presidente da Assembleia colocou de imediato os dois pontos que se seguem em discussão conjunta.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à discussão os dois pontos que se seguem:

Ponto 2 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2008:

a)Câmara Municipal de Coimbra:

b)Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra:

Intervenção do vereador Marcelo Nuno:

“Tendo em conta o avançar da hora vamos procurar ser breves, facultaremos os elementos que forem necessários para melhor compreensão aquilo que são as contas do município relativas a 2008.

Vou passar mais rapidamente os quadro, depois posso faculta-los queria falar de duas ou três notas que me parecem relevantes.

Diz no anuário estatístico e financeiro dos municípios portugueses que nós somos um dos municípios com maior liquidez, diz também que somos dos municípios com maior independência financeira e a independência financeira mede-se segundo o próprio anuário estatístico com o rácio entre as receitas próprias sobre as receitas totais.

Os municípios que têm receitas próprias superiores 50% das receitas totais são considerados com independência financeira.

Nós somos de factos melhores dos municípios com independência financeira, temos um rácio de 50% e somos um município com maior liquidez.

Temos igualmente uma autonomia financeira próximo dos 75%, o que é de facto único, significa que cerca de 75% dos nossos activos estão cobertos com capitais próprios que é algo que não tem paralelo naquilo que é o panorama económico do país, não há empresa nenhuma cotada ou não cotada em bolsa, familiar de pequeno ou grande que apresente rácios desta natureza. O que significa também que as nossas dificuldades pontuais de tesouraria se devem fundamentalmente ao facto de não termos instrumentos financeiros adequados àquilo que é uma gestão moderna de uma instituição com esta dimensão como acontece com as empresas e ao facto de temos uma forte sazonalidade nas nossas receitas.

Dizer que se regularizou e se concluiu os processos dos efectivos de situação precária dentro da Câmara Municipal de Coimbra. Fomos os primeiros a criar um quadro, lembro bem o que se disse nesta Assembleia e não só também em praça públicas sobre este nosso processo mas, as coisas correram bem estão estáveis e conferimos estabilidade aos trabalhadores e temos um instrumento de gestão importante que confere segurança na nossa relação com os trabalhadores. Houve uma redução líquida de 36 unidades de 36 efectivos, houve alguns acréscimos em algumas áreas, há cada vez mais um número de competências que foram transferidas para as Câmaras Municipais, por isso tivemos de dar conforto as essas

transferências que foram transferidas e responder cabalmente e contratando gente e assegurando essas funções que nos foram transferida.

Ainda assim mesmo assumindo essas novas competências nós tivemos uma redução líquida de 36 efectivos este ano.

Está praticamente resolvido o problema com a CGA, já nos foi dado razão, agora estamos a reclamar que o estado faça o acerto de contas que fique com o dinheiro que lá tem que corresponde em dívida e que nos devolva o que foi acumulando a mais.

Os números da formação também impressionantes, o absentismo que desceu ligeiramente, tivemos concurso de promoção de 70 bombeiros, tivemos 207 de acções de formação, 1979 formandos é muito mais números de trabalhadores que temos, temos 1500 todas as pessoas tiveram a oportunidade de frequentar formação e muito deles mais que uma vez e tivemos cerca de 28 mil hora e gastamos cerca de 250 mil euros este ano ainda não vamos a meio do ano e vamos a mais destas horas e formação, estamos este ano também crescer de número de formando, tentando dotar nossos funcionários os nossos colaboradores da competência necessária para eles exercerem as suas funções conforme é desejável que façam.

Em termos financeiros há um aumento activo líquido de 16 milhões de euros, há um aumento de 1,3 milhões de euros do passivo total, 1 milhão de euros, uma diminuição de curto prazo e um aumento de 2,3 milhões no médio e longo prazo.

Dizer ainda, que nós no final do ano fomos obrigados a pagar facturas dos projectos cofinanciados a nossa parte e a parte do Estado, que nos causou alguns problemas de tesouraria como é evidente, porque senão não receberíamos as participações. Tivemos de pagar tudo e ainda não recebemos a parte do Estado. Isto causou algum aperto de tesouraria e agravou a situação financeira.

Os indicadores económicos e financeiros são estáveis como vos disse, é o terceiro ano consecutivo que temos um resultado positivo corrente. Quero dizer que temos mais receita corrente do que despesa corrente isto é um equilíbrio fundamental que qualquer instituição deve saber manter, sendo certo que há um aumento digamos artificial da despesa corrente, porquê? Porque uma parte significativa de alguns investimentos estão agora pelo tipo de formalização que tivemos na sua execução estão agora contabilizados como despesa corrente dou alguns exemplos; a aquisição de carros de bombeiros de viaturas do lixo, alguns dos investimentos no domínio do desporto nomeadamente os sintéticos, estão agora configurados como despesa corrente, mas são despesa de investimento. Senão fosse isso, o resultado corrente era muito maior e o valor do investimento seria maior também. É um resultado líquido positivo, também pela terceira vez consecutiva. Numa empresa o resultado líquido significa que é o dinheiro que vai remunerar o investimento e o risco o esforço dos capitalista ou seja dos sócios, aqui não aqui é dinheiro que serviu ou para diminuir o nosso passivo, ou para aumentar os nossos activos, e vimos que o nosso activo aumentou cerca de 16 milhões de euros.

Os custos operacionais aumentaram 1,7% e houve uma diminuição dos custos com pessoal, quer em valor relativo, quer em não valor percentual, quer em valor absoluto, apesar nos aumentos da função pública.

O activo total aumentou para cerca de 87 milhões de euros o exigível diminuiu 4 milhões de euros e nos últimos 3 anos registaram-se resultados líquidos no total de 17,7 milhões de euros.

Isto não significa que nós tenhamos que estar sempre assim, mas foi um esforço importante para recuperar para consolidar as finanças da casa e para termos a capacidade de aceder aos fundos comunitários, para termos acesso ao crédito para podermos fazer investimentos.

Ainda agora o Senhor Presidente acabou de referir, a questão do Convento de S. Francisco, é um esforço brutal que vamos ter que fazer, estivemos a ganhar músculo, estivemos a ganhar capacidade para fazer face a este tipo de opções e a esta necessidade de investimento.

Este é o quadro que resume a nossa situação que respeita os limites de endividamento, como vêm temos em curto prazo uma capacidade de endividamento de 5 milhões que utilizamos parcialmente, temos a médio e longo prazo 3 milhões e o total 66 milhões de euros de capacidade de endividamento.

Portanto, temos muita capacidade de endividamento, não o temos feito temos recorrido ao endividamento apenas quando é necessário. Dizer o seguinte; em 2008 não contraímos nenhum empréstimo a médio ou longo prazo. Em 2008 fizemos fase a todos os investimentos que levamos a cabo a tudo o que realizamos foi feito com fundos próprios. Dai, também um ligeiro aumento do endividamento a curto prazo, não foi necessário em 2008 recorrermos ao endividamento a médio e longo prazo.

Em termos orçamentais a receita cobrada é de 87 milhões. Alguns quadros vou passar, porque são quadros resumo que vos costumo apresentar todos os anos, apenas alguns indicadores que eu acho que são importantes. Cerca de 1,8 milhões de euros gastos na aquisição de terrenos do I'PARQUE, cerca de 2,6 milhões de euros nos acessos ao I'PARQUE um investimento brutal uma aposta muito significativa na infra-estruturação e na aquisição dos terrenos do I'PARQUE, na adjudicação da nova ponte em Ceira na Longra de 659 mil euros que gastamos, a aquisição de Via Central de Ceira cerca de 264 mil euros que se investiram a adjudicação da via estruturante St^a Clara/S. Martinho do Bispo que é um troço do Centro de Saúde foram aproximadamente 900 mil euros. E o plano de tapetes são 1,2 milhões de euros, ou seja, para perceber aonde se gastou o dinheiro, onde está o nosso orçamento, onde o gastamos?

Na habitação o novo Bairro da Misericórdia, recuperámos 39 habitações gastamos 2,1 milhões de euros. Recuperamos e foram intervencionadas 15 habitações no Bairro da Rosa 42 no Bairro do Ingote, 10 nas habitações do HISIGAP dos bairros que nos foram entregues a nós pelo Estado e que temos de manter, 3 habitações no Bairro da Fonte do Castanheiro 35 no Bairro da Fonte da Talha, gastamos quase meio milhão de euros 22 habitações recuperadas no Bairro de Celas e 29 obras coercivas nas quais fizemos e que gastámos 423 mil euros.

No Centro Histórico reabilitamos 7 imóveis há 9 intervenções concluídas e 10 em curso no âmbito do PRAUDE, são cerca de 800 mil euros gastos.

Na casa da escrita uma adjudicação com obras em curso e com o pagamento no valor de 1 milhão 354 mil euros e um Centro de Noite que estará preste a ser inaugurado onde se gastaram mais de 400 mil euros.

Transferimos e pagámos cerca de 2,67 milhões de euros às Juntas de Freguesias no âmbito dos protocolos de delegação de competências.

Construímos ou recuperamos sedes, como foi o caso do Ameal ou de Trouxemil que se investiram no cômputo cerca de 623 mil euros. Investimos cerca de 90 mil euros na aquisição de dumpers ou seja concluímos o processo da aquisição dos Dampers ou a entrega do dinheiro correspondente a todas as Juntas de Freguesia,

um processo iniciado ainda no mandato anterior, está essa dívida e esse compromisso saldado e resolvido.

O novo Cemitério de Souselas, a construção do pontão na Rua do Monte e a ampliação do Cemitério de Cernache.

Na Acção Social e Família, para que não esqueçamos que isto é um serviço importante que a Câmara tem que desempenhar, o fornecimento de refeições ao fim de semana e feriados, que se chama Mesa para Avós, o Serviço ao Domicílio, o Apoio aos Sem Abrigo por uma equipa Móvel de Intervenção, Os Centros de Recursos o BAU que recolhem mobiliário velho e roupas e que o redistribuem por instituições e por pessoas carenciadas, a Protecção de Crianças e Jovens em Coimbra que teve cerca de 509 processos trabalhados ao longo do ano, o Cartão Social de Famílias numerosas que teve redução tarifário na água, nos transportes e piscina são 1 619 cartões emitidos que abrangeram 328 famílias.

A Rede Social de Coimbra, uma Coimbra Saber Amar, uma colónia de Férias para 217 crianças.

Ainda no âmbito da Acção Social e Família o apoio à construção de Creche Pré-Escolar e ATL, Apoio de Dia e Domiciliário em Antanhol que contribuímos com um subsídio de 150 mil euros, mais 100 mil euros no caso de S. Paulo de Frades mais 50 mil no caso da CELIUM da CEIFAX cerca de 14 mil euros todos os anos com apoio regular que demos para esta instituição, a Fundação e Comunidade foram 25 mil euros, o Apoio ao Banco Alimentar Contra a Fome, O Rancho Folclórico da Tricanas as Casa dos Pobres, etc., etc. foram intervenções que tivemos ao longo do ano e que pesaram no nosso erário.

Na educação, é de facto aqueles sectores onde mais competências foram transferidas e mais responsabilidades foram assumidas pelo Município.

Apoio a 33 Jardins-de-infância que abrange 966 crianças 71 do 1º ciclo 4.635 alunos um investimento total de 115 mil euros, 1 396 subsídios em acção social para aquisição de livros, mais 21% do que no ano anterior para alunos carenciados, 4.800 conjuntos de material escolar para entregues a alunos do 1º ciclo, subvenção de transporte escolar no valor global de 544 mil euros e que abrangeu cerca de 1944 alunos, as refeições escolares do 1º ciclo que atingiram pela segunda vez uma taxa de cobertura de 100% pela segunda vez consecutiva, e o esforço financeiro superior a 1milhão e 400 mil euros, serviço de refeições dos jardim-de-infância mais 450 mil euros também aqui um aumento de 20% relativamente à cobertura de anos anteriores.

Construção do Jardim-de-infância no Vale das Flores com 3 salas de dotação para 75 crianças, mais um investimento de 400 e tal mil euros,. construção do jardim-de-infância de Montes Claros mais meio milhão de euros, diversas intervenções em escola do 1º ciclo no valor de 1 milhão de euros, ou seja, muitas das escolas que foram transferida, jardins-de-infância tiveram que ser mantidas e a manutenção destas escolas foram feitas pela autarquia, e algumas delas estavam em estado de deplorável foi um investimento brutal do município como o podem comprovar para se manter estas escolas em condições condignas para poderem ser frequentadas pelas nossa crianças.

O prolongamento dos horários nos jardins-de-infância de forma gratuita são 802 crianças, são mais 30% do que no ano lectivo passado. As iniciativas de aproveitamento curricular que abrangeram 4 655 alunos temos 100% de cobertura gastamos 1 milhão 890 mil euros neste serviço que prestamos à comunidade.

Aqui um exemplo daquilo que foram as competências que nos foram transferidas, as verbas que foram transferidas e o esforço que tivemos que assumir.

O Estado transferiu no âmbito destas competências, 1 milhão 933 mil euros para os cofres municipais, nós gastamos 5 milhões 233 mil para assegurar estas competências, é uma diferença brutal que nos tivemos que assumir ao longo deste ano. Só se consegue de facto havendo rigor na gestão orçamental para libertar verbas para que isto seja possível assegurar.

Quando falamos na dimensão dos nossos orçamentos dos nossos gastos, da nossa despesa corrente, está aqui.

No desporto 82.438 utilizadores nas piscinas Lopes de Abreu, mais 32% de utilizadores mais 9% no Luís Lopes da Conceição são 59mil utilizadores 166 mil utilizadores no Complexo Olímpico das Piscinas, 48 mil nos quais em regime livre, 70 mil utilizadores no Pavilhão Multidesportos, 7 relvados sintéticos um investimento superior a 2,3 milhões de euros, contratos de programas de informação desportiva que acenderam 326 mil euros, contratos de programas de competição desportiva 339 mil euros.

Também no desporto fizemos um trabalho notório de continuar apoiar as colectividades dotar o concelho de infra-estruturas adequadas para a prática desportiva.

No DACV, nós temos um aumento de área de espaços verdes manutenção e conservação no valor de 598 mil m².

Eu tive a ocasião de passar um dia inteiro com os senhores do lixo, de facto o esforço que fazem é brutal, porque são circuitos cada vez maiores, a cidade cresceu imenso, são cada vez mais as zonas que eles tem de chegar, são cada vez mais contentores que eles tem nas zonas, eles literalmente têm de saltar do camião a correr, entrar para o camião a correr e passar a noite toda nesta azafama, senão não conseguem tirar o lixo todo da cidade, numa noite. Por isso, estamos a fazer um investimento também, nas suas condições de trabalho, para melhorar as condições de trabalho em que estão, melhorar os equipamentos e o fardamento que andam de modo em que andem mais protegidos e também melhorar os veículos e comprar mais veículos para que possamos continuar a prestar um serviço de limpeza cabal para a Cidade.

São 48.482 toneladas de lixo que se recolheram, são 75 % do total do "resu" do Município, só os restantes 25% é que são assegurados pela ERSUC.

Nós gastamos 2,6 milhões de euros com o contrato com a ERSUC ainda assim e tivemos uma nova viatura a entrar ao serviço de 10 m³ e adquirimos uma varredora de 6m³ ie dos aspiradores urbanos que representaram um investimento de 62 milhões de euros, estamos neste momento em curso para a aquisição de novas 5 viaturas, estamos a renovar a frota como é de conhecimento geral. Estamos também a desenvolver um estudo cujo as conclusões serão apresentadas em breve de otimizar os circuitos do lixo, ou seja, de permitir uma otimização de um circuito de cada um dos carros faz, de modo a que se gaste menos tempo e que o esforço seja mais racional na recolha dos resíduos sólidos urbanos de cada noite.

Iniciamos o Serviço de Auditoria Municipal em Março de 2008. Começamos por realizar auditorias aos serviços que geram receita, quisemos controlar a forma como a receita é gerada, como ela é controlada, como ela é recepcionada nos cofres do Município, e o controle de segurança que temos nessas receitas que contribuíram para análise e melhoramento do regulamento municipal de ocupação espaço público e tiveram um papel decisivo na revisão da norma de controlo

interno. A norma de controlo interno como disse várias vezes, é um instrumento fundamental um instrumento de gestão que nos ajuda a controlar os procedimentos administrativos dentro da Câmara.

Uma vez que vamos aprovar o relatório dos SMTUC, dizer o seguinte.

Aumentamos os transportes de passageiros de 0,9%, mais 257 mil viagens um aumento da receita bruta em 2,9% sendo que o passe social representa já 71,2% desta receita. Um aumento da taxa de ocupação global de 0,8%, um aumento de 1,2% da velocidade comercial, aumento dos proveitos dos parques de estacionamento de 2,6%, um aumento dos proveitos dos e estacionamento de dotação limitada de 1,5%

Uma redução de taxa de absentismo que passou de 3,65 para 3,53. Adquiriram-se 6 novos autocarros e abateram-se 3 e tiveram um resultado líquido positivo de 684 mil euros, ou seja é um aumento de 68% relativamente ao ano passado.

Um aumento de quantidade de combustível, um aumento de km percorridos em 2,4%, o custo do gasóleo subiu portanto teve um impacto negativo nos resultados dos SMTUC obviamente.

No ano de 2008 os SMTUC deixaram de usufruir 1,9 milhões de euros resultantes da prática de tarifas sociais, isto é, enquanto o Estado subsidia outras transportadoras, Lisboa e Porto nomeadamente e subsidia os privados para que haja passe social, aqui somos nós que mantemos o passe social. O passe social em Coimbra custa-nos 1,9 milhões de euros para manter o passe social e não temos qualquer contribuição do Estado para que assim o seja.

Há uma diminuição de custo de pessoal em 0,2%, uma melhoria de autonomia financeira necessariamente, subsídios á exploração são 4 milhões 760 mil euros ou seja, foi o contributo da Câmara Municipal para mantermos o serviço social de transporte 4milhões 760 mil euros, nos outros lados é o Estado que suporta.

Do nosso erário, o nosso orçamento das nossas contas saíem também 4milhões 760 mil euros para suportar o serviço público de transportes municipais.

A variação média anual ponderada no tarifário foi apenas de 2,9%, o investimento de equipamento de transportes foi de 1 milhão 68 mil euros, há uma nova linha de tróleys-carros, e decorreu um concurso público internacional para a aquisição de novo sistema de bilhética que será implementada este ano.

Os SMTUC aderiram ao passe 14/18 e iniciou-se a execução física do projecto Sivitas que teve a apresentação pública aqui neste salão.

Aqui está o exemplo daquilo que é de facto de tratamento discriminatório para com Coimbra.

A Carris levou 52 milhões de euros, os STCP 19 milhões e 400, os privados levaram 9 milhões 767 mil euros no total de 81 milhões que o Estado gastou em transportes públicos de Lisboa e Porto.

Entre a Carris, as STCP e os privados para manter o passe social.

Nós aqui gastamos esse dinheiro todo que viram nos resultados dos SMTUC, mais os 4 milhões 760 mil euros que a Câmara subsidia e mais 1 milhão e 900 mil para manter os passes sociais.

É isto que vos temos para mostrar.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Naturalmente com a adequada gestão do tempo efectuada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, vamos todos sair daqui satisfeitos e com grande vontade de jantar junto das nossas famílias. Agradeço o tempo que nos faz passar aqui entre nós, que é sempre agradável e uma adequada intervenção cívica.

Estamos aqui hoje, a fazer o último balanço parcial da actividade do executivo.

A avaliação entre o prometido e o concretizado.

A curto prazo, será feita pela população de Coimbra, através do voto o balanço definitivo. Pela parte que nos cabe temos a sensação de dever cumprido, as chamadas de atenção, as criticas e alternativas apresentadas, muitas delas caindo em saco roto das maiorias vem como as políticas desenvolvidas no executivo municipal ou nas juntas de freguesia a que presidimos, ou ainda naquelas que intervimos em minoria cumpriram plenamente o programa que apresentamos ao eleitorado.

Diziamos em 21 de Dezembro de 2007, quando da apreciação das Grandes Opções do Plano, que estaríamos a analisar programas de intenção cujo a materialização e avaliação final se iria concretizar em discussão em sede de relatório e contas. Com efeito, só agora é preciso determinar definitivo da capacidade e competência para a concretização das intenções por parte dos vários responsáveis.

Quatro notas ressaltam na apreciação do relatório de 2008 a disparidade entre o orçado eo realizado, revelador das incapacidades várias no seio da maioria, que uma leitura atenta dos relatórios de execução demonstra e que os orçamentos a despeito do publicamente é afirmado pelo seu responsável, não tem tido em consideração.

A confirmar a incapacidade, de manter uma firma de atitude reivindicativa em prol de Coimbra e dos Conimbricenses permitindo por acção ou omissão que aos Conimbricenses cabe uma fatia cada vez maior no suporte de despesas que, em boa verdade deveriam ser suportadas pelo orçamento de estado.

Agravou-se a subalternização de intervenção cultural confirmando a transformação deste pelouro numa mera encenador de protocolos sem que se deslumbre sequer um resquício de ideias para o futuro.

Confirmou-se de forma ainda mais acentuada, a opção pela centralização das decisões e da gestão e a desconfiança nos autarcas eleitos nas freguesias que na sua maioria revelam taxas de execução elevadíssimas.

A diferença entre o orçado e os compromissos assumidos, aqueles que reflectem a efectiva contratualização atingem as taxas de execução baixíssimas em sectores que implicam uma capacidade da realização e não só a mera transferência financeira, neste caso e a titulo de exemplo, a reabilitação urbana dos Centros Históricos 52,26%, a organização e modernização administrativa 46,02%, a conservação e manutenção de vias 50,41%, se calhar aguardando períodos mais adequados eleitorais naturalmente ou a instalação e equipamentos desportivos com 33,91%, se calhar pelas mesmas razões, mais uma questão de oportunidade de que oportunismo naturalmente.

A campanha de denuncia de tratamento de desigual que Coimbra merece no que respeita aos transportes públicos, face às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e como verificamos com toda a razoabilidade merece esse destaque. Ficou-se pela divulgação dessa realidade em algumas viaturas dos SMTUC, nada foi feito para atrair a opinião pública para a situação para a consciencializar a opinião pública para esta situação e muito menos para associarem acções concertadas, as outras Cidades igualmente afectadas no essencial nada substancial foi feito e no

orçamento para 2008, os cidadãos de Coimbra suportaram 4 milhões e 700 mil euros para garantir o funcionamento dos SMTUC, sendo parte desse dinheiro a ser suportado como em Lisboa e Porto pelo orçamento de estado seria possível de utilização noutras áreas.

Mas também à educação diz respeito e aqui também revelado, a transferência de competência do estado central não foi acompanhada pelas respectivas participações financeiras a autarquia de Coimbra suporta hoje cerca de 5,2 milhões de euros no que concerne às suas competências educativas sendo que as verbas foram transferidas pelo Governo Central foram cerca de 2 milhões de euros. Mau negócio naturalmente “Quem cala consente” e se nós hoje estamos conscientes desta realidade á que fazer um tudo ou nada mais, para que esta situação se inverte. Por parte da maioria do Governo é um prazer que isto continue assim.

Para nós, naturalmente achamos que devemos fazer qualquer coisa, que contrarie e não de uma forma passiva ou quase atenciosa agradecendo aquilo que nos vem e não fazendo repercutir no bolso do munícipe que vai suportando a diferença nomeadamente com o aumento dos impostos municipais sobre a propriedade imobiliária.

Em 2008 foram cobrados mais de 12,75% de IMI do que em relação ao ano de 2007. O que demente uma vez mais a recorrente utilização na altura da votação do aumento das taxas de IMI das previsões cautelosas e cautelares quanto ao seu crescimento, verificando-se anualmente à posteriori que os montantes cobrados que se mantém em crescimento constante e em termos absolutos desde a criação conforme a CDU sempre afirmou e comprovou. Naturalmente que é fácil para esta maioria impor aos contribuintes de Coimbra que suportem efectivamente a sua complacência em relação aquilo que depois nos queixamos perante o poder central. Podemos estar de acordo na critica estamos em profundo desacordo contra a metodologia e para as atitudes. Naturalmente espero, e gostaria pela parte da bancada do PS com especiais responsabilidades na sua ligação em relação ao partido que hoje nos governa que algo fizessem para inverter esta situação sobre pena de convivência por omissão com a maioria que rege o executivo camarário em Coimbra.

Aliás é nestes espaços que, os blocos centrais também nestes interesses convexos. A redução do pelouro da cultura de uma mera agencia de financiamentos e de iniciativas de outrem confirma-se quando as suas mais elevadas taxas de execução dizem respeito ás iniciativas culturais relevantes é o titulo Jaz ao Centro, Música de Coimbra, Encontros Mágicos ou o Apoio ao Associativismos ou seja passasse cheque e os outros que façam.

Não se afigura possível para nós, uma política cultural para Coimbra sem a conjugação de esforços que todos aqueles directamente um indirectamente assumem responsabilidades na área da cultura produzindo-a, fomentando-a ou apoiando a sua produção. No entanto e na nossa opinião cabe ao município no papel catalisador de coordenação entre as entidades que intervêm na área com especial relevância para o Ministério da Cultura no sentido de obviar de alguma forma articulada e global as carências de Coimbra na área cultural, ou seja, à Câmara compete ter uma atitude mais assertiva do que meramente expectante em relação àquilo que é oferecido no programa cultura.

Há que saber governa, há que tomar iniciativa e não aguardar para a altura certa para pagar os cheque que às vezes com bastante meses de atraso, é o que se queixa

uma generalidade das colectividades populares que se dedicam à cultura, vasta uma pequena sondagem, creio que muitos dos senhores deputados conhecem esta realidade.

È a ausência de uma estratégia clara com objectivos conhecidos de todos, mensurável, sindicáveis e definidos como os agentes culturais, que torna mais notório o défice de investimento da autarquia na área da cultura cujo o orçamento correspondeu a 2,57% do orçamento camarário total.

Consideramos que uma correcta utilização dos dinheiros públicos passa também pela sua distribuição pela aqueles que melhor os sabem utilizar mediante naturalmente uma adequada fiscalização quanto à aplicação e resultados.

Estão para nós neste caso as Juntas de Freguesias, as centenas de eleitos locais que sabem onde e como melhor utilizar o dinheiro disponível em favor dos munícipes.

Não nos referimos a obras realizadas pela Câmara em áreas de algumas freguesias, não faz mais que a sua obrigação. Falamos isso sim, da planificação e execução directa por parte destes órgãos locais de obra própria para o que carecem de condições e meios..

Se no orçamento, aprovado em 2007 se previa já uma redução real das transferências para as Juntas mantendo-se iguais os montantes sem qualquer actualização resultante da inflação, na execução do orçado agora revelada nos documentos que nos foram postos à disposição veio verificar-se que não só não foi cumprida a transferência prevista como nem sequer foram pagos todos os montantes em dívida de anos anteriores. Ou seja, relativa ao ano de 2008, a percentagem de transferência prevista para as Juntas de 6,4% como consta no relatório, não só não se cumpriu como baixou para 6,09% mesmo incluindo valores em atraso de anos anteriores e de obra realizada pela Câmara Municipal de Coimbra.

A verdadeira percentagem de transferência de capacidade realização autónoma das Juntas é de 2,45% cerca de 2,0 milhões euros incluindo 852 mil euros por pagamentos em atrasos relativamente a anos anteriores, muito longe do desejável e previsto das promessas eleitorais do Senhor Presidente.

Para terminar, à boa gestão financeira nem sempre corresponde uma adequada capacidade de execução, há dinheiro, mas utiliza-se mal, a incapacidade de realização demonstrada a falta de visão estratégica contra uma política para a cidade a desconfiança em relação aos outros, a incapacidade de abdicar do controlo absoluto são marca de uma gestão autocrática e ineficiente nas antípodas de uma gestão autarca que proposta e realizada pela CDU. Poderíamos dar exemplos externos, mas vasta analisar a nossa intervenção no plano deste executivo camarário para claramente ficar evidente a diferença entre as nossas práticas as nossas propostas e as práticas da maioria. Era possível fazer mais, é possível fazer melhor, não pode portanto este relatório merecer o nosso voto favorável."

Intervenção do deputado municipal José Miguel (CDU):

"No que respeita ao relatório de gestão dos SMTUC, importa começar por referir, que 2008, foi um ano que ficou marcado pela subida exponencial do preço dos combustíveis, o que acabou por ter efeitos na generalidade dos transportes públicos a dois níveis:

Por um lado colocou em causa a previsão das despesas e com o serviço prestado e por outro, teve um efeito, amplamente divulgado, no aumento generalizado do uso dos transportes públicos em detrimento do transporte individual.

Posto isto, é com surpresa que a CDU constata que num ano tão difícil como foi o ano de 2008, em que ocorreram aumentos exponenciais de uma das despesas que mais pesa no orçamento dos SMTUC, os combustíveis e os lubrificantes e que representam cerca de 20% da despesa, se chegue ao final do ano com resultado líquido de mais de 650 mil euros.

Tal, seria sem dúvida um facto positivo, se este aumento se explicasse pelo aumento do número de passageiros transportados, ou seja, pela rentabilização dos meios disponíveis, e não se constatasse que houve um aumento das transferências camarárias de igual proporção, num valor de 680 mil euros.

Igualmente surpresa, a CDU constata e tendo em conta as circunstâncias especiais já referidas, vividas no ano de 2008, que o número de passageiros transportados apenas aumentou em 257 mil, muito abaixo do previsto nas Grandes Opções do Plano que eram de um aumento de 473 mil.

Para não ficarem dúvidas dos efeitos da crise no uso dos transportes públicos de uma forma geral e em Portugal, apenas salientar, por exemplo, os Transportes Colectivos do Porto, pela primeira vez e nas duas últimas décadas, conseguiram aumentar o número de passageiros em mais de 2,1 milhões de passageiros transportados.

Tal, significa, na opinião da CDU, que não tem havido por parte do executivo da Câmara de Coimbra a capacidade de adequar os serviços que servia a generalidade dos munícipes e que não se resigne a ser basicamente um serviço social para aqueles com maiores dificuldades económicas.

Muitos com certeza dirão, que nos últimos 7 anos, fomos capazes de aumentar o número de passageiros transportados em cerca de 1 milhão, alcançando-se o número total de 27,7 milhões de passageiros transportados em 2008...

Mas a pergunta que fica é: A este ritmo, quanto tempo levaremos a chegar aos 35 milhões de passageiros transportados que os SMTUC tinham em meados dos anos 80?...

Nada mais, nada menos, do que 49 anos, ou seja, muito tempo até em face da crise ambiental, climática e energética com que estamos confrontados actualmente.

Para concluir, dizer que a CDU, e no que respeita ao Relatório de Gestão dos SMTUC, irá condicionar o seu voto contra, à abertura que seja demonstrada pela maioria desta Assembleia, à marcação de uma Assembleia específica, com o objectivo de discutir o que se pretende dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, nomeadamente, que metas estão ao nosso alcance e que meios e decisões temos a tomar.

A não haver tal abertura, o nosso voto contra será um voto de protesto, não especialmente em relação a este relatório de gestão, mas em relação à resignação.

Gostava de acrescentar, de tal como foi feita hoje, esta exposição pala Administração da Metro Mondego, faz todo o sentido que relativamente a uma empresa cujo a Câmara é detentora em 100% haja aqui uma exposição e uma discussão, para uma discussão de fundo sobre aquilo que pretendemos e em termos de futuro dos SMTUC. Aquilo que de facto consideramos é que esta Assembleia enquanto órgão municipal não se pode ficar unicamente pela questão de rectificação das decisões que nos são trazidas pelo executivo e como receptores de exposição ou de apresentações que vem aqui a ser feitas.

Achamos que esta Assembleia para que seja dignificada e para que seja de facto valorizada tem de ser ela própria promotora para discussões de fundo como esta que é a questão dos Transportes Públicos de Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

“Senhor Presidente antes de começar a minha intervenção, permita-me só uma nota que tem a ver com o que disse o Senhor Presidente da Câmara e que me parece apenas uma reposição de justiça relativamente ao projecto de St^a Clara é que não foi mencionada a equipa de arquitectos liderada pelo Arq. Alexandre Alves Costa que foi realmente responsável pelo projecto de St^a Clara e penso que merece o louvor de todos nós.

Dito isto, passo à minha intervenção sobre o ponto da ordem do dia. Penso e lamento Dr. Maló de Abreu que não vai primar pela originalidade mas enquanto o combate for justo, originalidade não é a minha prioridade.

Prestação de Contas

Tenho à minha frente uma série de documentos que não sei se os senhores deputados identificarão.

Um deles totaliza 1050 páginas.

O outro terá perto de 600. As últimas não estão numeradas.

Trata-se dos documentos de prestação de contas e de relatório de gestão da Câmara.

Foram-me entregues no dia 17 de Abril, sexta-feira, cerca das 17 horas.

Para além disso, foi-me ainda entregue o relatório e as contas dos SMTUC – mais 200 páginas, os relatórios das empresas municipais e o resto dos documentos relativos à OT da AM – um total de mais de 2000 páginas de leitura!

Para um dia útil e meio de tempo para o fazer!

Estarei errada quando apostar que mais de 95% dos deputados não os leram, não os conhecem? Decerto que não.

E, contudo, ainda na última reunião o deputado socialista Carlos Cidade nos alertava para os perigos de votar sem conhecer documentos como os que deram origem ao estatuto de arguidos dos vereadores do PS e que também teriam sido entregues sem a antecedência devida...

Gostaria, por uma vez, que o Senhor Presidente avaliasse este facto de um modo que fosse para além de um conformado encolher de ombros, apelando à compreensão dos deputados.

Sabe bem que este procedimento é incorrecto à luz do regimento, que impõe uma antecedência de 4 dias úteis – e mesmo esses 4 dias, no caso destes documentos, seriam insuficientes.

Significa, por isso, que está a convidar os deputados a votar sem ler, a assinar de cruz um cheque em branco à Câmara.

Permita-me recordar o art. 53º da lei 169/99, que no seu art. 53º, nº 1 alínea c) estipula que “Compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais”

Fiscalização é a tarefa que nos incumbe sempre, e muito particularmente hoje.

Fiscalizar – consultei o dicionário – significa: “inspeccionar, examinar, sindicar, censurar”

Fiscalizar implica independência, distanciamento crítico, análise séria, responsável e fundamentada dos factos – neste caso das contas camarárias.

Lamento, mas não encontrei os sinónimos: ratificar, homologar, ser compreensivo, complacente, aceitar sem ler...

Senhor Presidente: ao contrário do que parece ser a sua leitura da lei e a sua convicção profunda,

A AM é órgão fiscalizador – não é órgão gratificador, não é órgão obediente à Câmara, não é órgão conivente ou cúmplice

A fiscalização é a função democrática que confere sentido à AM no equilíbrio dos órgãos que constituem o poder local.

Votar os documentos sem uma análise séria e crítica, impossível nas condições que nos propõe, configura um acto de falta de seriedade no exercício das funções institucionais que os deputados assumiram.

Violação do dever que juraram respeitar perante os cidadãos e cidadãs.

BE não partilhará dessa irresponsabilidade.

BE não será cúmplice de irregularidades formais e de facto que anulam a AM como órgão fiscalizador e a tornam apêndice do executivo camarário.

Porque este facto não é inédito.

O modo como a Mesa da Assembleia Municipal, e nomeadamente a sua Presidência, submete os documentos de prestação de contas à análise por parte dos deputados é apenas o culminar de uma série de comportamentos irregulares à face da lei e inaceitáveis do ponto de vista ético.

Estes comportamentos têm convertido esta Assembleia num instrumento de legitimação da Câmara e das suas políticas, num órgão esvaziado de democracia, de seriedade, de responsabilidade.

Não é a primeira vez que os deputados/as que encaram o exercício do mandato com seriedade e responsabilidade se queixam do ambiente de desordem que impera de modo crescente nas reuniões desta Assembleia, que mais se assemelha a uma esplanada de café ou a uma bancada de um estádio de futebol, e que a Mesa se coíbe de controlar. É uma vergonha para nós mesmos e para o exterior.

Para além disso, há mais matéria de facto que comprova à saciedade o esvaziamento do papel fiscalizador desta Assembleia e, por esta via, o incumprimento das funções que lhe incumbem no aparelho democrático do poder local.

É indispensável uma reflexão sobre esta matéria e a correcção destes procedimentos, porque a democracia se constrói a partir da correcção das práticas – muito mais do que de retórica.

Esta matéria, que consta de uma declaração que o BE deixará à Mesa da Assembleia e que passo a ler:"

DECLARAÇÃO

Na reunião da Assembleia Municipal de 21 de Abril de 2009, instado a apreciar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2008 da Câmara Municipal de Coimbra, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda declara o seguinte:

A apreciação da Prestação de Contas da gestão municipal implica uma análise cuidada e minuciosa dos documentos de prestação de contas, os quais se caracterizam por uma dimensão e complexidade muito consideráveis.

Esta análise implica também, por conseguinte, a entrega atempada dos mesmos documentos aos deputados.

Ora, esta entrega teve lugar, no que diz respeito aos deputados do BE, apenas na sexta-feira, dia 17 de Abril, cerca das 17 horas. Este facto não só configura uma violação dos prazos estipulados no regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente 4 dias úteis, conforme estipulado no art. 28º n.ºs 4 e 5), como equivale à impossibilidade real de proceder a uma análise séria e responsável dos documentos em causa.

Por esta razão, os deputados do BE consideram que não estão reunidas as condições mínimas imprescindíveis ao exercício do seu dever de fiscalização dos actos camarários, imputando as responsabilidades por este facto à Presidência da Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Coimbra.

A forma irregular como é proposta esta votação é expressão emblemática do modo como os trabalhos têm sido geridos desde o início do mandato, e que o BE classifica, nos casos menos graves, de negligente, noutros, de claramente incorrecto e manipulador.

No seu conjunto, estes procedimentos têm como consequência a anulação ou perversão do papel da Assembleia Municipal no equilíbrio dos órgãos democráticos do poder local, através do bloqueio prático ou do esvaziamento da função de fiscalização.

Imputamos as responsabilidades por estes procedimentos à Presidência da Assembleia Municipal, a qual converte a Assembleia Municipal num instrumento de legitimação da Câmara Municipal.

E porque democracia, muito para além da retórica, passa pela correcção das práticas e o respeito pelas regras, passamos a enumerar estes procedimentos:

A aceitação da violação, por parte da Câmara, dos deveres que lhe incumbem perante a Assembleia Municipal à luz do DL n.º 169/99, revisto pela Lei n.º 5/A de 2002 e do regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente:

Incumprimento do dever de fornecimento de informação aos membros da Assembleia:

Desde o início de 2007, não é entregue a informação do Presidente da Câmara, obrigatória segundo o art. 53º n.º1 e) do referido DL. Apesar de alertada para esta falta, a Presidência da Assembleia recusou sempre exigir a sua correcção por parte da Câmara.

Desde o início do mandato, a Câmara nunca respondeu aos requerimentos dos deputados do BE, conforme está obrigada segundo o mesmo DL no art. 53º n.º1 f). Instada a esse efeito, a Assembleia jamais se dignou exigir a resposta a estes requerimentos.

A documentação entregue aos deputados relativamente à Ordem de Trabalhos é entregue frequentemente sem a antecedência que permita uma análise séria dos mesmos, definida em 4 dias úteis em sede de regimento. Também neste parâmetro, a Presidência da Assembleia é sempre conivente com a Câmara.

A Presidência da Assembleia jamais aceita a invocação da alínea h) do n.º1 do art. 53º do DL acima referido, que exige a apreciação, por parte da Assembleia Municipal, dos actos camarários que configuram violação do dever de informação.

Durante o mandato 2005-2009, a Câmara nunca apresentou o relatório relativo ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. A Presidência da Assembleia jamais exigiu o cumprimento desta norma.

Condução omissa e/ou abusiva dos trabalhos e das competências da Assembleia Municipal por parte da respectiva Presidência

Agendando ordem de trabalhos sem prévia consulta dos líderes de bancada (ao arrepio do art.28º nº1 do regimento) e ao sabor da sua agenda pessoal ou da agenda da Câmara, violando, inclusivamente o estipulado no DL acima referido, no art. 49º nº1.

Recusando a votação de propostas alternativas às da Câmara, como aconteceu repetidamente, por exemplo, em relação ao IMI.

Conduzindo os processos de votação de modo irregular.

Aceitando passivamente comportamentos perturbadores da ordem e da tranquilidade do desenrolar dos trabalhos e o desrespeito pelos oradores, o que desprestigia publicamente a Assembleia.

Tratando com negligência a questão crucial do registo dos trabalhos em acta, sistematicamente não colocando as actas das reuniões à aprovação pelo plenário.

Não dando sequência às decisões da Assembleia Municipal, tal como aconteceu com a deliberação de Junho de 2007, que aprovou por unanimidade uma proposta do BE no sentido da discussão pública do Plano Estratégico da Cidade de Coimbra. Em consequência disto, o Bloco de Esquerda recusar-se-á a votar o ponto 2 da Ordem de Trabalhos, abandonando a sala em sinal de protesto.”

Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia:

"Tenho umas palavras a dizer:

Em primeiro, a Senhora disse, a palavra discorda que tem vergonha de estar aqui. Se tem vergonha de estar aqui a porta está aberta.

Eu tenho orgulho em estar aqui. Tive em dois Parlamentos na minha vida, no Parlamento Europeu 10 anos e aqui há vários anos, tenho mais orgulho de estar aqui do que quando estive no outro Parlamento. Tenho orgulho de estar aqui.

A segunda nota muito clara é esta, eu e o meu grupo analisámos as contas até à meia noite alguém do meu grupo fez o trabalho de casa, e estamos aqui em consciência. Se os Senhores não têm essa capacidade a culpa não é nossa, não se candidatem, não são capazes não venham para cá.

Terceiro ponto, que é muito claro que para mim é este.

A democracia acaba por duas vias, ou pela crise social ou por denegrir permanentemente as decisões democráticas das pessoas que lá estão, de todos os políticos sem discriminação como o meu colega Vassalo de Abreu também sublinhou.

Portanto, o senhores querem ditadura, querem ditadura denegrindo sistematicamente, é tudo pulha menos vocês? É assim que se constrói a democracia? Não me faça pensar que eu vivi em ditadura e democracia e a senhora talvez não, sei bem o que é a ditadura e a democracia e não foi grande opositor ao regime. Portanto, não dêem cabe da democracia que é um valor que levou tempo a conquistar."

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

"Desculpe, quero invocar em defesa da honra.

O senhor também se defendeu.

Repare Senhor Presidente eu não fui a única hoje aqui invocou as situações que em relação as quais tenho vergonha.

Não tenho vergonha nenhuma em estar aqui na Assembleia Municipal.

Eu não disse que tenho vergonha de estar na Assembleia Municipal, o meu texto está aqui, e o senhor não pode dizer o que eu não disse.

Eu, disse que tenho vergonha das situações que aqui se passam e que não são dignas do órgão em que todos aceitamos e assumimos a obrigação de estar presentes.

Foi isso que eu digo, e creio que o sentimento é partilhado por vários que estão aqui. Convido-os a manifestarem-se nesta discussão porque o que estou a fazer é um convite, aos membros desta Assembleia, para reflectirem o que aqui se passa e para dignificar este órgão. É este o sentido do Bloco de Esquerda e não como o Senhor quer fazer entender, achincalhar as pessoas.

O meu texto foi devidamente fundamentado, e convido o Senhor Presidente a contrariar a matéria de facto e de lei, porque eu citei todos os decretos e o regimento dos pontos em que fundamentei. Convido o Senhor a contrariar realmente o que estou a dizer. Não falei levemente, nem nunca o faço."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Quero fazer uma declaração muito directa ao Senhor Presidente da Câmara.

Que ao referir aqui três pessoas relativamente ao Convento de S. Francisco, penso que falta uma outra.

A primeira que teve uma grande visão futuro, uma grande visão estratégica, aquela que é apanágio do Partido Socialista. também Presidente desta Câmara eleito na listas do Partido Socialista. Dr. Mendes Silva, que no seu tempo, teve o arrojo nessa altura de adquirir para esta Câmara o Convento de S. Francisco.

Ao Dr. Maló de Abreu queria também dizer que nada nos dói, ganhamos eleições como sabe com maioria absoluta. Foi graças a isso que José Sócrates conseguiu negociar com vantagens os milhões, uma boa parte dele 70% do financiamento que agora foram atribuídos para o Convento de S. Francisco. Por isso, como dizia Mendes Silva se aqui estivesse "mãos à obra".

Antes de mais e referindo-me às Contas quero salientar a evolução desta Câmara na apresentação dos documentos a esta Assembleia, pois que atendendo aos reparos do Partido Socialista a seu tempo efectuados, as contas surgem desta vez com pareceres do ROC.

Em tempos pedagógicos não se pode também deixar de referir o pouco tempo que se dispôs para analisar tais documentos.

Já no ano anterior tivemos oportunidade de referir que, a melhoria da situação da tesouraria, deriva do aumento do endividamento de longo prazo, por transferência do endividamento a curto prazo.

A nossa grande preocupação, é a constatação da falta de investimento verificado nestes três últimos anos deste mandato, comparada com o aumento global do endividamento.

Em números redondos, a dívida a médio/longo prazo no final do ano de 2006 era de cerca de 71.000,000,00€, em 31 de Dezembro de 2007 de cerca de 64.000.000,00€ e no final do presente ano, de cerca de 66.000.000,00€, ao que se acrescentarmos o recente empréstimo de 12.500.000,00€, a dívida atinge 78.500.000,00€.

Quer dizer:

Sem se verificar investimento justificável, a dívida aumentou de 31 de Dezembro de 2006 para o presente, em cerca de 7.500.000,00€.

E já não há a desculpa da Lei das Finanças Locais, cuja aplicação correcta, em toda a sua dimensão nos mostra que afinal se tratou de uma lei boa, uma lei justa.

Temos presente também o empréstimo contraído no ano transacto, de 12,5 milhões de euros, classificado de médio/longo prazo e que foi afinal utilizado para pagar dívidas de curto prazo e não para fins de financiamento no âmbito das Grandes Opções do Plano.

E também já este ano a maioria do PSD/CDS/CDU, aqui trouxe para aprovação, a contracção do novo empréstimo, de mais 12.500.000,00€ a médio/longo prazo, sem que os investimentos a realizar estivessem devidamente identificados, como a lei o exige.

Bem sabemos e dissemo-lo aqui, que tal empréstimo, foi e é apenas, para custear obras em campanha eleitoral.

O espectáculo do alcatrão está montado. Já começou. Por aí já andam as ruas da cidade a serem alcatroadas. Esperamos que atinjam também as freguesias mais necessitadas. É a campanha eleitoral em marcha.

Assim vai ser até ao dia das eleições. Não foi assim em 2006, em 2007, e em 2008. Em tal tempo andamos sobre os buracos.

Esta maioria, esta Câmara, faz uma governação à vista, uma gestão corrente, uma gestão do dia a dia, sem visão estratégica e do futuro.

E não se coíbiu esta Câmara de cobrar receitas injustas, sem pensar nas pessoas. Foi assim com o IMI, em que esta Câmara e esta Assembleia fixaram a taxa máxima, apesar de se ter verificado durante o seu mandato ainda em curso, um crescimento médio de 20% em tal receita.

Temos igualmente presente na memória, o aumento de 12,5% do tarifário da água, também lançado no presente mandato pela maioria PSD/CDS desta Câmara, cujos deputados municipais impediram a discussão política nesta Assembleia, de tal matéria.

E não esqueçamos o desnecessário atraso no pagamento aos fornecedores, a pequenas e médias empresas de Coimbra com problemas de liquidez, colocando em causa o emprego dos conimbricenses, nesta situação de crise mundial.

O Partido Socialista não pode votar favoravelmente tais documentos, pelo respeito que nos merecem os conimbricenses.

Para tanto, basta atentarmos nas taxas de execução do orçamento da receita e da despesa 2008/2007.

Uma particular atenção, para a análise da dívida a curto prazo. Tal dívida será necessariamente a diferença entre os compromissos assumidos no presente ano, menos os pagamentos do ano, isto é no caso 109,4 milhões de euros, menos 80,1 milhão de euros.

Portanto a dívida de curto prazo gerada no ano totaliza 29,3 milhões de euros e não os valores constantes dos documentos de 16,8 ou 17,3 milhões de euros.

Acresce ainda que a dívida de curto prazo que transitou de 2007, totalizou 14,5 milhões de euros (página 58 do relatório). Referindo-se na página 6 de 6 do controlo orçamental dos pagamentos de exercícios anteriores, totalizaram 7,6 milhões de euros, ficaram por pagar em 2008 do ano de 2007 (14,5 -7-6) 6,9 milhões de euros.

Ora considerando que a dívida de curto prazo é o montante de compromissos assumidos e não pagos no ano de 2008, mais a dívida de curto prazo de 2007 não paga em 2008, resulta necessariamente 29,3 milhões de euros do ano de 2008 mais 6,9 milhões de 2007, tudo no montante de 36,2 milhões de euros, ou seja, mais de o dobro do constante da página 58 do Relatório de Contas.

De resto, alcança-se entendimento idêntico da página 6 de 6 do controlo orçamental que nos dá conta de compromissos por pagar de 21,6 milhões de euros, relativos à diferença entre os compromissos assumidos no ano, menos o total de pagamentos que incluem anos anteriores.

Em conclusão a dívida real de curto prazo desta Câmara é para o Partido Socialista de 36,6 milhões de euros e na própria versão da Câmara de 21,6 milhões de euros.

Para demonstrar a justeza do que se acaba de referir, os Deputados do Partido Socialista propõem a constituição de uma comissão independente nomeada por esta Assembleia, se tal se mostrar desejável.

Esta gestão, é assim para Coimbra, pindérica e desgraçada.

Coimbra merece muito mais e melhor.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade(PS):

“Senhor Presidente, de facto não é fácil a qualquer um de nós analisar estes documentos em tão pouco tempo.

Quero fazer aqui uma excessão em relação às colaboradoras da Assembleia Municipal que fizeram um esforço para fazer chegar os documentos na sexta-feira. Não estava ninguém em casa, e tiveram de se deslocar ao meu local de trabalho, o que agradeço. Mas de facto é quase impossível, nós termos capacidade para analisar, quanto de facto muitas das questões que aqui se colocam, não são da nossa digamos área profissional e há algumas dificuldades.

Em relação ao Plano queria só um esclarecimento.

Tem a ver com o Plano com o Relatório como pode não ter e com o empréstimo que aqui foi proposta neste ano dos 12.5000€.

A questão é esta, o vereador Marcelo Nuno teve a gentileza de mandar entregar nos documentos aquilo que já tinha sido solicitado na Câmara e na Assembleia Municipal, que era a relação das obras que farão parte do PPI para 2009.

A relação desses projectos muitos deles já foram concretizados em 2008. Em obra foram realizados em 2008 e alguns inaugurados recentemente, estamos a falar no PPI de 2009, que é aquilo que fundamenta o empréstimo e depois há um conjunto de projectos que curiosamente estavam no plano de actividades da Câmara, deixaram de estar, passaram a ser candidatáveis, não pela Câmara Municipal de Coimbra, mas pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego a cujos os deputados Socialistas fazem questão de estarem sempre presentes, ao contrários de deputados eleitos por esta Assembleia Municipal.

Digamos assim:

Há aqui uma contradição, não acredito que o Tribunal de Contas deixe passar este empréstimo só com esta lista nestas circunstâncias sem saber o que é que está a tratar em concreto.

Portanto, as dúvidas que colocamos, quer pelos vereador na Câmara Municipal, quer pelo deputado Ferreira da Silva nesta Assembleia Municipal, com esta lista e com estas circunstâncias venham comprovar essa preocupações.

Admito que posso estar enganado.

Em relação ao relatório dos SMTUC, pouco à a dizer.

No entanto a posição do Partido Socialista e ao contrário do relatório de gestão da Câmara Municipal reconhecemos o quanto é difícil é a prestação de um serviço público essencial sem muitos recursos ao longo de sucessivos anos, não é só de

agora. Por isso também sabemos reconhecer quando existe um verdadeiro esforço para servir as populações procurando ir aos bairros locais do nosso município.

Em que muitas as vezes e é de destacar o profissionalismo dos colaboradores dos Serviços Municipalizados que permite que se faça em segurança com custos financeiros de real dimensão procurando na imaginação colmatar essas dificuldades.

Sabemos ainda a luta insistente que o município de Coimbra travou ao longo destes anos, para que o custo substancial de transportes públicos da nossa cidade tivesse a mesma compensação que os transporte tem na administração central para a carris ou para a STCP.

Por isso, a posição da bancada do PS, é de algum pessimismo relativamente aos índices apresentados pelo abandono de opções com qualidade que os SMTUC têm vindo ao longo dos anos a inserir nas sua opções.

No entanto é também de apreciação construtiva perante a realidade de transporte público financiado pelos cofres municipais e por esse motivo não irá votar contra o relatório de gestão dos SMTUC.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldés (Por Coimbra):

“A bancada da maioria não vai fazer uma análise para além daquela de apresentação do vereador Marcelo Nuno por variadas razões, em primeiro lugar porque subscrevemos integralmente tudo aquilo que foi dito a quanto na apresentação deste relatório.

Depois porque temos absoluta consciência que efectivamente depois de temos analisado todo o seu conteúdo com a atenção possível e dentro do tempo que nos foi disponibilizado, chegou para analisarmos integralmente todo o seu conteúdo, verificamos que ninguém se pode queixar em matéria de transparência. E constam todos os elementos necessários para que haja uma decisão conscienciosa em relação a essa matéria e por esse motivo evidentemente que a bancada da maioria irá votar favoravelmente as propostas da Câmara Municipal de Coimbra.

Queria só chamar a atenção a situação que foi levantada pela CDU em relação aos Transportes Urbanos de Coimbra. Evidentemente que nós compreendemos todas as observações que são feitas, do ponto de vista crítico que são feitas de boa fé.

No entanto nós também de alguma forma consideramos que por vezes existe uma certa surpresa em relação à boa gestão das empresas municipais que é o caso, e a CDU provavelmente ao constatar que, em função dos resultados que os Serviços Municipalizados de Transportes apresentam e são resultados absolutamente interessantes e são resultados que nos surpreendem pela positiva. Isto tem que ver com uma conclusão muito simples.

É que efectivamente houve uma excelente gestão desta empresa municipal.

Gostaria de ir mais além mas não vou ocupar muito.

Vou apenas informar a Assembleia que a bancada da maioria, naturalmente e de alguma forma reconhecendo o excelente trabalho que foi apresentado pelo vereador que é responsável por este pelouro que é das finanças, de facto foi feito e apresentado um trabalho assinalável do ponto de vista da transparência, do ponto de vista da capacidade de síntese, do ponto de vista da elucidação, nós ficamos absolutamente tranquilos com o serviço que este executivo está a prestar designadamente à Cidade de Coimbra.

Portanto, a bancada da maioria vai votar favoravelmente o inventário de todos os bens e obrigações do município, vai votar favoravelmente os documentos de

prestação de contas de 2008 relativamente ao município. As contas consolidadas relativamente a 2008 no que concerne portanto às várias empresas municipais, Transportes Urbanos, empresa municipal AC Águas e empresa municipal de Turismo de Coimbra.

Vai votar favoravelmente a aplicação do resultado líquido do exercício e vai votar favoravelmente a primeira revisão do orçamento 2009, no tocante autorização do saldo das disponibilidades orçamentais em relação ao exercício 2008.

É esta a nossa posição de voto, vamos fazê-lo com muito gosto e vamos fazê-lo com todo o sentido de responsabilidade e consciência do voto que iremos emitir.”

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Queria só dar uma nota que é o seguinte.

Nós reconhecemos como boa a ideia de se fazer uma apresentação ou um debate sobre os Serviços Municipalizados na próxima Assembleia. Naturalmente até diferente, reconhecendo como boas algumas sugestões que foram feitas.

Queria dizer, ao Dr. Vassalo de Abreu, Ferreira da Silva que não dou as próximas eleições como ganhas, por exemplo até fizeram coisas boas o alcatroar nestas alturas é sempre bom não é mau. Nós só não conseguimos foi fazer uma coisa, é que há 11 anos atrás vocês conseguiram uma página inteira de um jornal com o Metro a passar debaixo dos Arcos do Jardim.

Há 11 anos atrás na véspera das eleições o metro passava debaixo dos Arcos do Jardim, não volta a passar."

Intervenção do deputado municipal Luis Santarino (PS):

O deputado Santarino disse o seguinte:

"Parece-me que já não vale a pena continuar a falar das relações que existem entre os Governos Centrais e a Câmara Municipal de Coimbra, relativamente aos SMTUC. Porque durante o tempo em que o seu partido foi Governo, a luta dos Socialistas era a mesma, e não conseguimos nada. O grupo municipal do PS já demonstrou que estamos solidários com o executivo da Câmara Municipal de Coimbra relativamente a esse desejo.

Agora, não vale a pena, já não é importante."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Nós colhemos como boa a ideia de se fazer um debate sobre os Serviços Municipalizados de Transportes, eventualmente na próxima Assembleia."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Queria concretizar melhor a proposta que fizemos.

Nós pensamos que não deve ser uma apresentação como foi feita hoje.

O que nós propusemos foi uma Assembleia Extraordinária com o sentido de se debater os Transportes Municipalizados de Coimbra, aliás reforçar esta necessidade pela a apresentação hoje feita na necessidade de saber qual o futuro de acordo com a nova implementação do novo sistema de mobilidade.

E para tal e em complemento, que será aceitável por todos, que para essa Assembleia devessem ser convidados para além do Conselho de Administração dos SMTUC, naturalmente o Conselho de Administração da Metro Mondego, representantes de Operadores Privados e porque não da Secretária de Estado de Transportes de forma a ser sensibilizada para a necessidade de mudança de

financiamento dos Transportes Colectivos Urbanos em Coimbra, naturalmente e se o Partido Socialista quiser para ajudar a sua senda no interesse dos cidadãos de Coimbra, algum representante do seu grupo que votou contra a proposta do Partido Ecologista os Verdes, para o financiamento de transportes municipais nas várias capitais de distrito tem que não são subvencionados.

Se for necessário que participem também e cá estaremos todos para decidir."

Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia

"Tenho isso em conta, quero saber que querem isso numa Assembleia extraordinária, eu sou a favor que seja na próxima Assembleia. Mas a Assembleia é livre."

Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):

"Tenho uma questão prévia a pôr.

Ouvi agora, se é que ouvi bem, pode haver aí uma discussão prematura, tanto quanto eu sei, e julgo saber, quanto às conversações entre o Metro e os SMTUC, não estão suficientemente avançadas para virem cá defender uma posição. Penso que não mas se fôr para discutir em abstracto por eventualidades não sei se as Administrações estarão preparadas para este tipo de intervenção."

Intervenção do Presidente da Câmara

"Devo dizer que estou interessadíssimo nesta discussão.

Agora ponho à vossa consideração uma coisa que acho que é muito importante. Eu à pouco citei um ponto importantíssimo temos uma data que já está vencida em relação a apresentação do modelo de exploração da metro é absolutamente essencial conhecermos esse modelo para depois podermos discutir tudo.

Portanto, o que eu pedia era que se esperasse pela definição do modelo de exploração. Que é muito importante para podermos discutir tudo."

Terminado o debate o Presidente da Assembleia colocou à votação os documentos, do seguinte modo:

a) Câmara Municipal de Coimbra:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, com vinte e oito votos a favor, sete votos contra e nove abstenções e sobre proposta da Câmara Municipal datada em 14 de Abril corrente, o seguinte:

-Aprovar o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2008 da Câmara Municipal de Coimbra;

-Aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de 31 de Dezembro de 2008, elaborado nos termos do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro;

-Aprovar os documentos de prestação de contas, relativos a 2008, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a Resolução nº4/2001-2ª Secção-Instruções nº1/2001, do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;

-Aprovar as contas consolidadas de 2008 relativas universo constituído pelo Município, Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, Empresa Municipal AC, guias de Coimbra, E.M. e Empresa Municipal Ecoturismo de Coimbra, E.M. e a que se refere o artigo 46º nº1 da Lei das Finanças Locais (Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro com as alterações introduzidas pela Lei nº22-A/2007 de 29 de Junho e pela Lei nº67-A/2007 de 31 de Dezembro);

-Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em € 3.395.220,74 (três milhões, trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e vinte euros e setenta e quatro cêntimos) nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas do POCAL, concretamente:

-Transferência para a conta 59.005 – “Resultados Líquidos do Exercício de 2008”, do valor global do resultado líquido apurado no exercício.

-Transferência para a conta 57.1 - "Reservas legais" - no valor de € 169.761,04.

-Manutenção na conta 59 - Resultados transitados, o valor remanescente - (€3.225.459,70).

-Aprovar, como 1ª revisão do orçamento de 2009, a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2008 no montante de € 1.962.091,17, em conformidade com o estabelecido na alínea a) da nota técnica 8.3.1.4 do POCAL e, em cumprimento das disposições conjugadas na alínea b) do nº2 do artº 53º e a alínea c) do nº2 do artº 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

Nos termos do nº2 do artº47º da Lei das Finanças Locais foram presentes à Assembleia Municipal as certificações legais de contas e os pareceres sobre as mesmas elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

b)Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, com vinte e oito votos a favor, dezoito abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 14 de Abril corrente, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e sete, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dados a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 3 - Concessão da exploração da piscina descoberta do bar e do restaurante na margem esquerda do rio Mondego:

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (BE):

“Li com cuidado a proposta que é feita. De resto considero que é um dos melhores documentos que nos tem sido apresentados para apreciação, de qualquer das maneira há aqui dois pontos que gostaria que me esclarecessem.

Uma das questões tem a ver com o horário de funcionamento das piscinas que é estabelecido das 9 horas às 21 horas, sem possibilidade de alteração porque para o calendário fixado uma data de abertura e outra data de fecho. Mas diz-se o tempo tiver bom poderá aumentar-se o período de funcionamento no caso do horário não. E considerando o facto do da nossa hora legal estar descentrada quase 2 horas no verão na hora solar acho que seria razoável dizer a mesma possibilidade das piscinas estarem abertas até às 22h ou 23horas da noite nos dias em que o tempo está bom.

Portanto da mesma maneira que se faz para o calendário.

A outra questão tem a ver com o funcionamento da piscina tem a haver com os seguros.

È dito que os concorrentes têm de garantir nomeadamente em benefício da própria Câmara a possibilidade de cataclismos nomeadamente de cheia.

Ora parece-me uma exigência exagerada, se houver uma cheia, um temor de terra por exemplo que destrua todo o equipamento, seria o concessionário a ter que ressarcir a câmara da reconstrução do equipamento, no caso específico das cheias que é citado, quando as questões das cheias tem haver com questões meteorológicas mas também por exemplo do funcionamento do controlos das barragens da Agueira e da Raiva que são coisas que estão completamente fora do controlo do concessionário.

Acho que é uma exigência excessiva, e sobretudo que esse risco não está contemplado na lista dos seguros que também é pedido no próprio contrato.

Uma outra questão tem a ver com a dimensão da própria piscina, como já foi dito pela a minha camarada Catarina. Aquilo parece mais uma lava pés, porque aquela piscina que é suposto ser para adultos é uma piscina para crianças, será bom que a médio prazo pensem fazer um piscina de jeito, porque aquela não o é.

De qualquer das maneiras é prevista ali uma utilização de cerca de 4 mil utentes por dia o que dá na ordem de 11 pessoas por m² é assim que se usa no Japão. Isso implicaria algum arremedo, deveria haver alguma coisa de regulamento para os utentes que proteja o próprio concorrente.

Qualquer coisa que diga, que não são permitidos barcos insufláveis, bóias, ou outras coisa, aquilo já se torna pequeno, por isso é bom que não seja permitido usar essas coisas. Mas também não é posto nenhuma restrição de certificados de saúde aos utentes acho que era razoável.

A questão mais grave tem a ver com os preços, que os utentes vão pagar.

O concurso é aberto com uma base de licitação muito baixa, e não se sabe até aonde vai chegar.

A nós Bloco de Esquerda é-nos indiferente vai depender depois como é que corre o seguro. O preço de entrada é muito importante, esta piscina é uma piscina de uso popular, é uma piscina que é aberta para os munícipes de Coimbra nomeadamente aqueles que não têm disponibilidades económicas para passar o Agosto noutros sítios, e portanto o preço tem de ser baixo. Se à partida diz que o montante que o concessionário vai ter de pagar à Câmara, vai ser aumentado de acordo com a inflação é bom que se ponha já à partida um preço baixo que pode andar por preço do autocarro, indexado a qualquer coisa mas que seja garantidamente baixo. Os utentes de Coimbra, ou seja crianças e jovens tem de poder usufruir desta piscina, isto não é uma piscina para elites. Isto é uma garantia que gostaríamos de ter porque assim condiciona a nossa votação. Não queremos estar a sancionar uma coisa de luxo para depois não ser usada.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

Não queria perder muito tempo, penso que as questões que nos preocupam mais, é a base de licitação que nos parece baixa. Se tivermos em consideração que a concessão da praia fluvial das Torres do Mondego, tem um encargo mensal cerca de 1.300€, neste sentido parece-nos uma base de licitação muito baixa mesmo tendo em conta os investimentos que o concessionário terá de suportar. Mas mais do que isso há aqui uma questão e essa sim, pode eventualmente condicionar a nossa votação, que é a questão do preço de entrada.

Penso que naturalmente será difícil fazer à partida ou à cabeça uma definição do montante dos ingressos. Mas não deixa de ser possível colocar no contrato e penso que isso é possível que o preço dos ingressos seja definido pela Câmara Municipal de Coimbra, assim como é para as taxas das empresas municipais ou dos preços dos bilhetes dos serviços municipais."

Intervenção do Presidente da Câmara

"Muito rapidamente, este concurso é baseado na experiência que tivemos do concurso do Parque de Campismo. Funcionou bem, as questões que se colocam agora colocaram-se na altura, tem sido resolvidas todas, com moderação e com bom senso, com acordo entre os interessados.

Portanto penso que não vale a pena estar a alterar uma coisa que está a funcionar bem, em termos de regulamento de concurso. Evidentemente que a questão da base de licitação não é muito alta, de facto, porque os tempos também não estão para isso.

Temos de facto um investimento considerável a fazer pelo concessionário e penso que temos que equilibrar as coisas nesta altura.

Esta é, a hipótese possível, os ingressos é aquilo que se pratica também ao Parque de Campismo, que nós acompanhamos e aprovamos com o concessionário o quantitativo.

É a experiência que nós temos."

Posto à votação, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, com trinta e oito votos a favor, seis abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 30 de Março corrente, aprovar a - Concessão da exploração da piscina descoberta do bar e do restaurante na margem esquerda do rio Mondego

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno ao Lordemão Futebol Clube:

Para o processo acima mencionado foi deliberado, por unanimidade, aprovar a cedência gratuita em direito de superfície do prédio urbano com a área de 2 952 m² ao Lordemão Futebol Clube, destinado a construção, com a área de 2 952 m², descrito na 2.^a CRPC sob o n.º 353/24041987, Freguesia de S. Paulo de Frades, art.º matricial n.º 1792, confrontando do Norte com caminho público, do Sul com Fernando dos Reis Marques, do Nascente com Fernando dos Reis Marques e do Poente com caminho público; e com as seguintes condições:

- O direito de superfície é pelo prazo de vinte anos, renovável por períodos de vinte anos a pedido do Lordemão Futebol Clube e após aprovação da Câmara;
- O objecto é a construção de equipamentos destinados à prática e dinamização de actividades desportivas, recreativas e culturais abertas a toda a população;

-O prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, se for dado ao terreno ou edificações nele construídas, fim diferente do estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização

-Aprovar o valor de 88 560,00 € (oitenta e oito mil quinhentos e sessenta euros) para a parcela com 2 952m², e o valor de 35 424,00€ (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e quatro euros) correspondente ao direito de superfície pelo prazo de vinte anos;

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno à Fundação Rotária Portuguesa:

Relativamente a este processo a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência gratuita em direito de superfície da parcela de terreno com a área de 5 930 m² sita em Quinta das Preguiçosas, Freguesia de Santo António dos Olivais, destinado a equipamento, com a área de 5 930 m², a destacar da área de 9190,36 m² que é parte do descrito na 1.ª CRPC sob o n.º 228/19850718, Freguesia de Santo António dos Olivais, confrontando do Norte com arruamento projectado, do Sul com Afonso Davim de Oliveira, do Nascente com Luís Adriano Pinto dos Santos e do Poente com Idalécio Manso da Silva Peixoto;

-Aprovar o valor de 177 900,00 € (cento e setenta e sete mil e novecentos euros) para a parcela com 5 930 m², sendo de igual valor o valor do direito de superfície por um período de 50 anos, com as seguintes condições:

-A escritura de cedência será concretizada aquando da posse efectiva do prédio por parte do Município;

-O direito de superfície é pelo prazo de cinquenta anos, renovável por períodos de vinte e cinco anos a pedido da Fundação Rotária Portuguesa e após aprovação da Câmara;

-O objecto é a construção de equipamentos destinados a fins prosseguidos pela Fundação em particular a edificação da sede social, do museu e de uma creche;

-As obras terão de ser iniciadas no prazo de três anos após a aprovação de cada projecto de arquitectura a ser elaborado por técnicos que reúnam as condições legais para o efeito a ser presente aos competentes Serviços no prazo de dois anos, sendo estes prazos contados a partir da data de celebração da escritura de cedência;

-As obras, incluindo todos os seus arranjos exteriores, terão de estar concluídas no prazo máximo de cinco anos após o seu licenciamento;

-O prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, se não forem cumpridos os prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas, fim diferente do estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno à Associação Cultural e Recreativa Trica nas de S. Silvestre - rectificação de deliberação:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade sob proposta da Câmara datada do passado dia 14 de Abril último, aprovar rectificação de cedência

em direito de superfície de uma parcela de terreno à Associação Cultural e Recreativa Tricanas de S. Silvestre.

Ponto 7 - Cedência de direito de superfície de parcela de terreno à Associação de Moradores do Bairro do Loreto:

Para o processo acima mencionado, foi deliberado, por unanimidade, constituir gratuitamente e por cinquenta anos, a favor da Associação de Moradores do Bairro do Loreto, o direito de superfície sobre o terreno municipal situado no Loreto, freguesia de Eiras, Município de Coimbra, com a matriz predial urbana n.º 4235 da mesma freguesia e descrito na Conservatória do registo predial sob o n.º 3259/20080122 com valor atribuído de € 46.170,00 para efeitos de construção de sede da Associação, respeitando as regras urbanísticas em vigor para o local e mediante prévio licenciamento municipal nos termos legais e nas seguintes condições:

-O direito de superfície destina-se à construção da sede da Associação que compreenderá os seguintes espaços: gabinete da Direcção, gabinete administrativo, sala de reuniões, sala polivalente para actividades culturais recreativas e desportivas e casa de banho;

-O prazo para início da construção da sede da Associação é de três anos e de dois anos para a conclusão da obra;

-O Prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra se não forem cumpridos os prazos referidos (início e conclusão) ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídos fim diferente do estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 8 -Desafecção do domínio público de parcela de terreno no Dianteiro, freguesia de S. Paulo de Frades:

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafecção do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município com o objectivo de posterior cedência gratuita à Comissão da Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Dianteiro da parcela de terreno sita no Dianteiro, freguesia de S. Paulo de Frades, terreno destinado a construção urbana com a área de 50,00m², a confrontar a Norte com Igreja de Nossa Senhora da Lapa, a Sul, Nascente e Poente com Domínio Público.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 9 - Regularização da propriedade municipal da desafecção de uma parcela de terreno no Largo da Igreja, freguesia do Botão:

Para o processo mencionado em epígrafe, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafecção do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno sita em Largo da Igreja, Botão, freguesia de Botão, terreno destinado a construção, com a área total de 294,00m², confrontando de Norte, Sul e Poente com domínio público municipal, do Nascente com a Igreja do Botão.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 10 - Relatórios de Actividades relativos ao ano de 2008 de:

-Comissão Arbitral Municipal;-Águas de Coimbra,E M;-Turismo de Coimbra, E M.

Intervenção do deputado municipal Brito Xavier (PS):

"Em relação ao Dr. Maló queria-lhe dizer uma coisa:

Há pouco disse *que sabia o que nos dóia*. Isso deve ser deformação profissional, porque está sempre a perguntar aos doentes, dói? Tenho a dizer-lhe que a nós não nos dói nada, aliás como lhe disse o deputado Vassalo de Abreu. Acho até que o Dr. Maló deve gostar de medicina alternativa e até de ciências ocultas, porque ele já sabe quem é que vai ganhar, deve ter consultado o professor Karamba.

Li no relatório da empresa de Turismo Municipal uma coisa que me deixou perplexo.

Diz aqui preto no branco e acho isto importante que a empresa faz um controlo razoável dos seus recursos. Penso que controlos são controlos e não são razoáveis. Mas dada a gestão e os resultados da sua gestão, de 75 mil euros de capital, 280 mil de prejuízo, acho que fundamentalmente nós devemos reabilitar a discussão e a polémica sobre o aborto, não vale a pena fazer abortar esta empresa?"

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Relatórios de Actividades relativos ao ano de 2008 de:

- Comissão Arbitral Municipal;
- Águas de Coimbra, E M;
- Turismo de Coimbra, E M.

PONTO EXTRA

**Prémio Municipal de arquitectura Diogo Castilho - Edição 2009 –
Nomeação de um representante da Assembleia Municipal**

O deputado Maló apresentou uma proposta para que o representante da Assembleia Municipal fosse o Arquitecto Vasco Cunha.

A deputada Manuela Rodrigues propôs que o representante da Assembleia Municipal fosse o Pró-Reitor para a Cultura, Professor de Arquitectura José António Oliveira Bandeirinha, cujo o seu currículo vai ser entregue a todas as bancadas e à Mesa da Assembleia.

O deputado Reis Marques disse que a bancada do Partido Socialista, embora respeite muito o Arquitecto Bandeirinha acham que, neste caso e porque se trata de uma pessoa com prestígio bastante acentuado e ainda por cima membro desta Assembleia Municipal, optam pelo Arquitecto Vaz Cunha.

A deputada Catarina perante esta situação disse que o Bloco de Esquerda retirava a proposta em respeito pelo Arquitecto Bandeirinha porque não querendo sujeita-lo a este tipo de questões. Pensa que é uma pessoa que está com um valor absolutamente inquestionável e cujo o nome não merece a ser arrastado neste tipo de disputas.

E sendo 20 horas e 30 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.